

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 53

(Sem revisão final)

18 de junho de 2019

(10:15 h-12:30 h)

(17:21 h-19:18 h)

Ordem do dia:

Discussão e votação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados oradores:

Ricardo Bexiga (PS)

Berta Cabral (PSD)

Sandra Pontedeira (PS)

Odete João (PS)

Jorge Gomes (PS)

Ascenso Simões (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, muito bom dia. Vamos dar início à reunião de discussão e votação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Em conformidade com o que havíamos acordado, depois de ter sido dado um prazo, que qualificaria de substancial, para todos os Srs. Deputados apresentarem propostas de alteração ao relatório preliminar apresentado pelo Sr. Deputado Relator, e decorrido esse prazo, é chegado o momento, conforme também acordado em reunião prévia de Mesa e Coordenadores, em que o Sr. Deputado Relator irá usar da palavra, indicativamente até ao máximo de 10 minutos, para fazer referência, nos termos em que bem entender, às propostas recebidas e ao Relatório que é a sua proposta final. Depois disso, darei a palavra aos diversos grupos parlamentares para se pronunciarem sobre ele.

Assim, sem mais delongas e agradecendo uma vez mais todo o trabalho expendido, tem a palavra o Sr. Deputado Relator, Ricardo Bexiga.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este trabalho de elaboração do Relatório e, sobretudo, da reanálise de todos os contributos, contribuiu para fortalecer a consistência do que serão, a meu ver, as conclusões e as recomendações deste nosso trabalho.

Recebemos 151 propostas de alteração, centradas fundamentalmente nas conclusões e nas recomendações. Concretamente, recebemos 52 propostas de alteração do PSD, 42 propostas de alteração do CDS-PP, 26

propostas de alteração do Bloco de Esquerda e 31 propostas do Partido Comunista Português.

Destas 151 propostas de alteração, depois de rever aturadamente quer a prova documental, quer as transcrições das principais audições das personalidades que aqui estiveram connosco no sentido de suportar essas diversas propostas de alteração, entendi que se encontrava, no suporte documental, consistência para aceitar e introduzir 98 alterações daquelas que nos foram propostas.

Com a inclusão destas alterações penso que é claro que este Relatório não é do Relator, é o Relatório da Comissão de Inquérito aos factos ocorridos em Tancos.

Neste Relatório e na análise a que procedi das diversas propostas apresentadas pelos diversos grupos parlamentares, procurei não avaliar estados de alma, não fazer juízos de valor, não aceitar divagações políticas nem meras reflexões críticas.

Procurei assentar as conclusões e as recomendações em factos, factos suportados, como disse, pela prova documental que está ao dispor de todos os Srs. Deputados, e procurei, fundamentalmente, que as diversas propostas de alteração apresentadas pelos diversos grupos parlamentares enriquecessem o objetivo do trabalho desta Comissão: apurar factos, apurar responsabilidades e, sobretudo, criar condições, designadamente através das conclusões e recomendações, para que aquilo que sucedeu em Tancos não volte a repetir-se.

Queria frisar também o seguinte: para alterar as conclusões e as recomendações, seria necessário, naturalmente, alterar a factualidade que constitui a base do Relatório. Alguns partidos fizeram muitas propostas de alteração às conclusões e às recomendações mas não indicaram, na base do Relatório, qual a matéria factual e qual a prova que suportava muitas dessas suas propostas.

Naturalmente, como bem poderão compreender, não poderia aceitar colocar conclusões e recomendações sem ter uma base factual identificada pelos proponentes, no sentido de dar credibilidade e consistência àquilo que vai ficar neste Relatório, isto é, quer o que apurámos do ponto de vista das diversas responsabilidades, quer o que recomendámos do ponto de vista da intervenção de quem de direito para alterar um conjunto de situações que identificámos como situações que correram menos bem.

Aceitei também propostas apresentadas pelos diversos grupos parlamentares para eliminar algumas conclusões e recomendações, fundamentalmente porque entendi que a preocupação dos grupos parlamentares é concentrarmo-nos no essencial e não avançar para além do que está definido nas competências desta Comissão.

Portanto, relativamente a grande parte dos pontos que foram eliminados, designadamente das conclusões e das recomendações, por proposta dos diversos grupos parlamentares, entendi aceitá-los porque entendi também que não minorizam o Relatório, pelo contrário, concentram-no naquilo que é essencial. Assim, acho que, neste ponto, o Relatório sai mais reforçado com os contributos de todos os grupos parlamentares, e gostaria de frisar a ideia fundamental que expressei na minha primeira intervenção nesta Comissão, sempre com a preocupação de uma análise imparcial, independente e, fundamentalmente, na procura da verdade daquilo que ocorreu em Tancos.

Em face disso, penso que estamos em condições de aprovar um Relatório que atinge os objetivos desta Comissão, que é um bom ponto de partida para reformular um conjunto de procedimentos e refletir sobre as organizações envolvidas nos factos de Tancos. Portanto, penso que prestámos um bom serviço ao Parlamento e ao País com os trabalhos desta Comissão.

Por fim, queria deixar uma nota. Como sabem, a Comissão recebeu um contributo depois da primeira reunião de apresentação do Relatório de uma das personalidades que foi ouvida em Comissão, concretamente do Sr. Coronel Amorim Ribeiro, que chama a atenção para alguns pontos do seu depoimento e também para alguma da documentação que está junta ao processo.

Procurando de facto valorizar este contributo, fui verificar aquilo que o Sr. Coronel Amorim Ribeiro nos diz acerca do intervalo de tempo em que as informações sobre a situação de Tancos foram relatadas à hierarquia do Exército, fundamentalmente informações acerca do estado de insegurança das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos, e em função da consideração deste contributo do Sr. Coronel Amorim Ribeiro, sugeria, se me permitem que o faça desta forma oral, que, na página 34 do Relatório, no último parágrafo, onde está «pela análise da documentação recebida pode-se efetivamente constatar que as informações acerca do estado de insegurança dos Paióis Nacionais de Tancos elaboradas ao longo do tempo, sobretudo entre 2011 e 2016, mas também antes dessa data», passe a ler-se — é esta a proposta que fazia — «pelas audições e pela análise», e que em vez deste período entre 2011 e 2016 passasse a constar «entre 2011 e 2017». É que foi-nos feito chegar que também em 2017 foi enviada à hierarquia do Exército um conjunto de informações sobre a situação de insegurança nos Paióis Nacionais de Tancos.

Portanto, era esta a proposta final que fazia, se me permitissem, no sentido de colocar aqui, efetivamente, uma informação que é relevante e que consta da matéria documental e das audições que constam dos autos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado Relator, Ricardo Bexiga.

Os serviços fizeram a anotação dessa correção de redação, que passa a incorporar a proposta de Relatório Final.

Dou agora a palavra aos grupos parlamentares, começando pelo do PSD.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral, a quem cumprimento.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por recordar o objeto desta Comissão de Inquérito, que tinha em vista identificar e avaliar os factos, os atos e as omissões do XXI Governo Constitucional relacionados direta ou indiretamente com o furto de armas em Tancos no período compreendido entre junho de 2017 e o presente, bem como apurar as responsabilidades políticas daí decorrentes.

A posição do Grupo Parlamentar do PSD ao longo de todos estes meses e durante todas as audições realizadas nesta Comissão foi sempre uma postura construtiva, procurando contribuir para a reposição do prestígio das Forças Armadas, instituição basilar do nosso País e da nossa democracia, mais concretamente do Exército, ramo que se viu diretamente envolvido no sucedido nos Paióis Nacionais de Tancos, e fizemos questão de, ao longo de todas as audições, afirmarmos esta nossa postura.

Lembrámos em devido tempo que as Forças Armadas foram abaladas neste passado mais recente por um conjunto de episódios menos felizes que acabaram por evidenciar uma enorme inabilidade política dos responsáveis governativos para lidar com eles de forma — o que era a sua obrigação — a resguardar a instituição militar e preservar o seu bom nome. E todos nós sabemos que as missões que lhes são atribuídas, quer em Portugal, quer no estrangeiro, são sempre cumpridas com enorme galhardia e entrega, o que é motivo de orgulho para nós e, portanto, tem também de ser motivo de orgulho para os responsáveis políticos que estavam à frente das Forças Armadas nessa altura, ou seja, do Ministério da Defesa Nacional.

O PSD aproveita para destacar isto aqui por reconhecer o enorme mérito das nossas Forças Armadas no desempenho das suas funções, mesmo em situações de maior dificuldade devido à escassez de recursos humanos ou materiais.

Não estivemos nesta Comissão numa caça às bruxas, tentando encontrar bodes expiatórios para o sucedido. Quisemos acima de tudo, e de acordo com o próprio objeto desta Comissão de Inquérito, identificar as responsabilidades políticas em todo este processo, responsabilidades por aquilo que foi dito e feito e também pelas medidas que possam não ter sido tomadas ou por aquilo que possa não ter funcionado tão bem.

O PSD, nesta Comissão, procurou saber até que ponto o poder político não assumiu as suas responsabilidades neste caso, saber até que ponto não defendeu a instituição militar ou não fez tudo o que podia neste processo. Estas foram as nossas preocupações fundamentais. Não quisemos investigar do ponto de vista criminal, mas não pudemos deixar de procurar saber mais sobre este processo, tanto mais que o furto do material militar dos paióis de Tancos veio pôr efetivamente em causa a segurança nacional, não apenas pelo que foi furtado mas muito especialmente por aquilo que veio evidenciar que estava errado na relação entre os diversos serviços do Estado que, através de uma cooperação e articulação permanente, devem garantir a segurança do País.

Do nosso ponto de vista, foi isso que motivou realmente esta Comissão, ou seja, saber até que ponto o Estado falhou e o que é possível fazer no futuro para melhorar o sistema e evitar a ocorrência de situações semelhantes a esta.

Do ponto de vista do Relatório, numa avaliação genérica, cumpre-nos dizer que o Relatório apresentado pelo Sr. Deputado Ricardo Bexiga procurou, desde a primeira página, construir uma narrativa que ilibasse os responsáveis políticos e deixasse cair as culpas nos responsáveis militares.

Nas referências às audições, nas citações de atas, nas declarações ou nas opiniões emitidas pelo Relator, essa escolha é bem visível. Ou seja, o poder político não tem qualquer culpa no sucedido nem nos acontecimentos posteriores ao furto e alguns militares são os principais culpados ao agirem de modo deliberado para prejudicar o ex-CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), Rovisco Duarte, e o ex-Ministro da Defesa Nacional, Azeredo Lopes.

Ao mesmo tempo, no Relatório procura-se transformar a Polícia Judiciária Militar num bode expiatório, esquecendo que aquilo que aconteceu foi obra apenas de alguns e não de toda a estrutura.

O mesmo se poderá dizer em relação ao Exército em que, pela leitura do Relatório, se poderá pensar que teve uma culpa estrutural em todo o processo. Pensamos que não é assim e pensamos que não podemos ir por aí. Nem o Exército, como instituição, nem a PJM (Polícia Judiciária Militar), como órgão de investigação criminal, devem ser postos em causa porque não podemos tomar a parte pelo todo, mas isso nem sempre se torna evidente neste Relatório, tal é a vontade de ilibar o poder político de toda e qualquer responsabilidade neste caso.

Em relação ao Relatório final, devo dizer que é notório o esforço de incorporação das propostas apresentadas pelos diversos grupos parlamentares após a apresentação do primeiro relatório, a 31 de maio, a que me referia anteriormente.

Tendo em conta os princípios que nortearam a nossa postura nesta Comissão de Inquérito, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um conjunto superior a 50 propostas de alteração e várias propostas de recomendação que iam no sentido de melhorar alguns aspetos do Relatório, de forma a permitir que o mesmo fosse, o mais possível, o retrato fiel daquilo que se passou nas diversas audições.

Se é verdade que algumas das nossas propostas foram incorporadas neste texto final — e renovo o sentimento de reconhecimento do esforço do Relator —, outras propostas que consideramos muito importantes acabaram por não estar espelhadas no Relatório final, numa opção política evidente por parte do seu autor.

O Grupo Parlamentar do PSD entende que este último Relatório assume uma clara posição política sobre o que se passou posteriormente ao furto de Tancos, procurando assacar responsabilidades ao Exército e à PJM e ilibar completamente os responsáveis políticos da altura.

Dentro do Exército, o Relator procura salvaguardar a posição do ex-CEME, General Rovisco Duarte, escolhido, relembre-se, pelo Ministro da altura, Azeredo Lopes, após a polémica demissão do General Jerónimo na sequência do episódio do Colégio Militar — de que também se recordarão —, imputando culpas e denegrindo a imagem dos Tenentes-Generais Faria de Menezes e Antunes Calçada.

Neste ponto, extravasando em muito o objeto desta Comissão de Inquérito, o Relator procurou encontrar uma justificação pessoal na atuação destes dois tenentes-gerais, afirmando que agiram apenas para prejudicar o mandato do ex-CEME e do ex-Ministro da Defesa Nacional, algo com que o PSD não pode concordar.

Importa salientar que o Relator ignora, quase por absoluto, as contradições do depoimento do ex-General Rovisco Duarte, nomeadamente quanto às razões que estiveram por detrás da sua decisão de exonerar os coronéis ou quanto à sua própria demissão, procurando antes sustentar-se nas declarações sem contraditório do General Rovisco Duarte para sustentar um conjunto de conclusões sobre o funcionamento do Exército que, quanto a nós, são totalmente injustificadas.

O Relator procura, também, afastar a ideia de que poderão ter ocorrido interferências políticas quer sobre a atuação do Exército, quer sobre a da

PJM. Ora, para nós, outra das certezas, que muitas das audições realizadas nos deixaram, é a de que não podemos afirmar com total certeza que não existiram essas pressões políticas, muito particularmente sobre o General Rovisco Duarte, nos dias subsequentes ao furto do material militar em Tancos, que o levaram a decidir pela exoneração dos cinco coronéis responsáveis pela segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Ao nível governativo, o Relatório procura afastar quaisquer responsabilidades políticas, quer do ex-MDN, quer do próprio Primeiro-Ministro. Ora, para nós, não ficou provado que, tanto um como outro, não tivessem conhecimento da atuação da Polícia Judiciária Militar, especialmente o Ministro da Defesa Nacional, que superintende diretamente a Polícia Judiciária Militar.

Quanto ao Primeiro-Ministro, procurou-se afastar a ideia de qualquer conhecimento da sua parte acerca da atuação da Polícia Judiciária Militar antes de 12 de outubro de 2018. Se é verdade que isso mesmo foi referido pelo próprio Primeiro-Ministro e pelo seu Chefe de Gabinete, também não é menos verdade que é legítimo manter uma dúvida sobre esse assunto, tendo em conta as próprias declarações do Primeiro-Ministro no Parlamento, nos debates quinzenais, e, também, a prática das relações dentro do Governo, tanto entre os ministros e o Primeiro-Ministro como entre os chefes de gabinete e os membros do Governo.

Quanto ao ex-Ministro da Defesa Nacional, Azeredo Lopes, ficaram mais dúvidas por esclarecer do que certezas quanto à sua atuação. Entre esquecimentos e situações consideradas plausíveis, e estou a citar, de terem acontecido, tal como reconhecido pelo General Martins Pereira, ficou evidente que o ex-Ministro da Defesa Nacional procurou sempre desvalorizar o sucedido em Tancos, não dando relevância a algo de maior importância para as Forças Armadas e para o País.

Da audição de Azeredo Lopes, ficámos com a certeza de que o mesmo teve conhecimento atempado do comportamento da Polícia Judiciária Militar, nada fazendo para o impedir durante cerca de um ano.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Berta Cabral, a sua intervenção conteve-se, exatamente, nos 10 minutos que lhe estavam atribuídos.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que fez chegar à Mesa a informação de que dividirá esse tempo, começando pela Sr.^a Deputada Sandra Pontedeira, a quem cumprimento e dou de imediato a palavra. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sandra Pontedeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria, em primeiro lugar, dirigir uma palavra de reconhecimento a todos os grupos parlamentares que cumpriram o seu direito de apresentar propostas de alteração a este Relatório. Gostaria, ainda, de cumprimentar o Relator, o Sr. Deputado Ricardo Bexiga, pelo espírito de abertura demonstrado à melhoria do Relatório que, certamente, com a aceitação dos contributos dos vários grupos parlamentares que bem entenderam fazer, faz deste um melhor documento.

Srs. Deputados, sabemos que alguns partidos gostariam de substituir o corpo deste Relatório por considerações políticas preambulares para garantirem a coerência com as conclusões que formularam ainda antes desta Comissão e que agora não se confirmaram. Este não é um Relatório que privilegia as suposições em detrimento dos factos, não é um Relatório que ficciona, que encena ou que supõe o que não aconteceu e que não se pode provar.

Este documento: contextualiza e enquadra os Paióis Nacionais de Tancos, descreve o estado das instalações, caracteriza a evolução dos recursos humanos ao longo do tempo, contempla o conhecimento da hierarquia do Exército e do poder político; considera as determinações ao longo do tempo sobre o comando único e as falhas da unidade de comando, sobre as normas de execução permanente (NEP) e o seu cumprimento, o alerta anónimo e o comportamento da Polícia Judiciária (PJ) e do Ministério Público.

Vai o mais longe possível ao identificar o que se passou nas rondas que deveriam ter sido feitas e não o foram, nos dias 27 e 28 de junho; contempla os processos disciplinares, a ausência de apuramento de responsabilidades superiores, a exoneração dos comandantes, as divergências que resultaram dessas exonerações e os motivos que estiveram na base das demissões na estrutura do Exército; e descreve exhaustivamente as posições dos visados no âmbito das questões de segurança do País.

Este documento não investiga o reaparecimento, porque não cabe à Assembleia da República investigar crimes, mas expõe as implicações da ilegalidade que foi a recuperação do material militar na Chamusca e expõe os implicados.

Srs. Deputados, este Relatório contempla tudo isto e nada disto foi inventado ou ficcionado. Tudo isto resulta da conjugação e avaliação de documentos, audições, inquirições e confrontações de factos e testemunhos; resulta de um exercício de escrutínio não ficcionado, independente e imparcial, que respeita o princípio da separação de poderes e competências das diferentes entidades visadas no âmbito do furto e do reaparecimento. A cada afirmação corresponde uma transcrição.

Existiram propostas de alteração ao corpo do Relatório e o Partido Socialista agradece a pertinência das mesmas, sobretudo daquelas que, como disse o Relator, deram maior credibilidade a este Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Ainda no tempo reservado para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete João, a quem cumprimento.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já aqui foram feitas considerações gerais sobre o Relatório, mas começo por reiterar as felicitações ao Relator pelo trabalho desenvolvido, pelo cuidado que teve em contemplar os contributos de todos os grupos parlamentares, sobretudo na parte das conclusões. Esta é de facto, uma demonstração clara e inequívoca do que sempre foi dito pelo Partido Socialista nesta Comissão. Queremos um relatório o mais consensual possível, um relatório preciso e conciso.

Com os contributos de todos, concluímos que o atual Governo foi o único que se dispôs a resolver o problema da degradação sistémica das instalações que guardam o armamento militar, uma situação que se arrastava há 20 anos. O atual Governo não pode, por isso, ser responsabilizado pelo que os outros não fizeram.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não ficou provado que, em algum momento, se tenha verificado qualquer interferência política na ação do Exército ou na atividade da Polícia Judiciária Militar, mas apurou-se — sim — que o Sr. Diretor da PJM, em regime de informalidade, tentou implicar o Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional e o Chefe da Casa Militar do Presidente da República,...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E conseguiu!

A Sr.^a **Odete João** (PS): — ... na forma da investigação, tendo em vista a recuperação do material de guerra. Isso, sim, merece a nossa

veemente condenação e, portanto, a ação de alguns não destrói o prestígio que as Forças Armadas têm.

O Governo não pode ser acusado de ter sabido previamente da ilegalidade que a PJM cometeu ou de estar a par de qualquer encenação ou encobrimento para recuperar o material militar na Chamusca. A grande responsabilização que agora se reclama atribuir é a de que o Governo teria sido informado pela Procuradoria-Geral da República de uma ilegalidade e de nada ter feito, a não ser uma ação inspetiva desencadeada um ano depois, como referiu a Sr.^a Deputada Berta Cabral. No entanto, é bom lembrar que ela surgiu na sequência da Operação Húbris, que teve como resultado a detenção de um conjunto de militares.

No respeito pela separação de poderes, o poder político fez o que tinha a fazer depois de a justiça ter feito o seu trabalho, e sem nele interferir. Para aqueles que, durante dois anos, não quiseram outra coisa que não fazer disto um caso político sem matéria de facto nem substância política será sempre muito difícil aceitar a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Para consumir, presumo, o resto do tempo que estava atribuído ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Jorge Gomes, a quem cumprimento.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, espero não consumir o tempo na totalidade, mas quero dirigir-me a si e aos Srs. Deputados para finalizar a intervenção do Partido Socialista dizendo apenas que esta Comissão de Inquérito foi sólida, independente e rigorosa no escrutínio que, ao longo de mais de seis meses, desenvolveu.

Foi sólida, independente e rigorosa porque desta Comissão de Inquérito saem não só conclusões, mas boas recomendações para que o que

se passou em Tancos, desde os factos às responsabilidades e às consequências, não se volte a repetir.

Foi sólida, independente e rigorosa, pois forneceu um diagnóstico completo do que se passou, ao longo de muitos anos, no passado recente e no presente, mas também porque nos permite fazer agora considerações sobre o futuro.

Foi sólida, independente e rigorosa porque se o País, o Exército e a Assembleia da República não estavam devidamente sensibilizados para as questões que nos levaram até aqui ou conscientes do que se passou em concreto no Exército, agora estarão, certamente.

Foi sólida, independente e rigorosa porque, ao longo de quase 50 audições e de centenas de documentos entregues, que muitas constatações e circunstâncias revelaram de antes e de depois do furto aos Paíóis Nacionais de Tancos, pode esta Assembleia — tendo feito o diagnóstico do que correu mal, do que correu bem e do que poderia ter corrido melhor — sugerir um conjunto de recomendações nos diversos universos que tiveram intervenção em todo este longo e complexo processo de Tancos, nomeadamente ao nível do universo da segurança nacional, da relação dos serviços de informações da República Portuguesa com o Sistema de Segurança Interna e destas com as Formas Armadas; ao nível da segurança das instalações e infraestruturas militares; ao nível do poder político, das chefias militares e da Polícia Judiciária Militar.

Uma vez mais, o Partido Socialista congratula-se porque destas recomendações não saem apenas contributos do Relator nem saem contributos ideológicos ou políticos, de esquerda ou de direita. Uma vez mais, com respeito pelos diversos partidos aqui presentes, são também contempladas as suas propostas e os seus contributos para que as Forças Armadas portuguesas, os Serviços de Informações da República Portuguesa (SIRP), o Sistema de Segurança Interna, a Polícia Judiciária Militar e os

demais envolvidos não voltem a passar pelo que passaram e, sobretudo — mais importante! —, para que se consolide a viragem da página no Exército, que tão bem tem servido os portugueses e as portuguesas e tão boas referências tem dado ao País nas missões que, interna e externamente, cumpre todos os dias.

Este Relatório é produto de um exercício sólido, independente e rigoroso. Temos nele, e mais especificamente nas suas recomendações, o contributo do Parlamento para que Tancos não se volte a repetir.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ainda dispõe de 1 minuto e meio e o Sr. Deputado Ascenso Simões pediu entretanto a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, é para contrariar a intervenção da Sr.^a Deputada Berta Cabral relativamente à exoneração dos comandantes. Aliás, essa questão foi tratada no Relatório e incluiu propostas do PSD. Também, a demissão do CEME foi tratada no Relatório, ponderando as propostas do CDS. O texto foi alterado, portanto, não corresponde à verdade o que a Sr.^a Deputada acabou de dizer.

Quanto à proposta do CDS, na página 9, no que diz respeito à discrepância entre o material furtado, o Partido Socialista está disponível para a ponderar e incluí-la no Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, a quem igualmente saúdo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Relator, pela produção

deste Relatório. Efetivamente, é um trabalho que demonstra responsabilidade, seriedade, rigor, sendo de enaltecer as várias propostas que aceitou por parte dos outros grupos parlamentares e que contribuem para melhorar o Relatório e para lhe dar mais credibilidade.

Da parte do Bloco de Esquerda, também queria realçar o esforço que foi feito pelo Relator para aceitar grande parte das propostas que apresentámos, inclusivamente melhorando algumas, o que aceitaremos. Temos uma ou outra que, depois, com certeza, não iremos aceitar, mas esta é uma primeira nota que queria fazer.

O segundo aspeto, com efeito, no âmbito deste Relatório, é que se constata que houve uma falha grave numa das funções centrais do Estado, que foi a função de segurança. O Relatório procurou ser fiel às audições e, pelos vários intervenientes que por aqui passaram, houve uma constatação óbvia da degradação acentuada dos Países Nacionais de Tancos, ao longo de vários anos e que a tutela e os chefes militares, com responsabilidades, não tomaram nenhuma medida para obviar essa situação.

Na opinião do Bloco de Esquerda, também o poder político não poderá ficar isento de responsabilidades, tendo em conta que acabou por privilegiar os investimentos na componente militar operacional em detrimento da componente fixa. Obviamente, também aqui há corresponsabilidades da parte do poder político. O Bloco de Esquerda procurará, ainda, melhorar uma alínea ou outra neste sentido.

Foi uma constatação, também, a desatualização de muitos procedimentos, de muitas normas existentes no seio do Exército. Efetivamente, este Relatório, a ser tomado em conta, contribuirá, certamente, para uma modernização, na opinião do Bloco de Esquerda, de muitos procedimentos, de muitas normas, o que, obviamente, pode mitigar ou impedir que situações como a que aconteceu em Tancos se repitam.

Na opinião do Bloco de Esquerda, também há uma evidência de que houve uma entidade que atuou à margem da lei. É evidente que foi a direção da Polícia Judiciária Militar, mas na nossa opinião toda a instituição se manifestou desconfortável pelo facto de a investigação ter sido entregue à responsabilidade do Ministério Público com a coadjuvação da Polícia Judiciária Militar.

Ouvimos aqui, por exemplo, da anterior Procuradora-Geral da República, que, por aquilo que aconteceu, a Polícia Judiciária poderia perfeitamente assumir as competências e funções da Polícia Judiciária Militar. É uma das recomendações que temos. Com certeza, não a iremos deixar cair.

Não é uma proposta original, que surgiu agora, pois já anteriormente faço relevar que, quando o Sr. Primeiro-Ministro foi Ministro da Justiça, há uns anos, tinha intenção de propor a extinção da Polícia Judiciária Militar. É um assunto que temos em cima da mesa, porque o se passou é demasiado grave. Mas nem é tanto por aí, é porque entendemos que estas funções podem, de facto, ser da competência da Polícia Judiciária.

É evidente que o Bloco de Esquerda procurou, com as suas propostas, extirpar, retirar algumas conclusões e algumas alíneas menos imparciais que constavam no Relatório. É justo reconhecer que houve um esforço do Relator, efetivamente, para acolher essas propostas, tendo em conta que não se comprovaram muitas das afirmações que estavam expressas no Relatório.

Também é verdade que o anterior Ministro da Defesa, de acordo com os documentos que a Comissão recebeu e com as declarações do anterior Ministro da Defesa, terá efetivamente recebido o documento ou conteúdos do documento, mas, na opinião do Bloco de Esquerda, terá desvalorizado e secundarizado esse mesmo documento. Na nossa opinião, também não se pode provar, à partida, que o ex-Ministro tomou conhecimento de todo o documento. Isso não está provado! De qualquer modo, pensamos que não

deixa de ser uma lacuna, da parte do ex-Ministro da Defesa, de não ter dado a atenção devida a esse mesmo documento.

Para terminar, gostaria de dizer que estas conclusões, estas recomendações vão no bom sentido. Naturalmente, a direita, o PSD e o CDS, queriam outras conclusões, queriam outro relatório, queriam regressar à tese inicial, que havia ainda antes da Comissão de Inquérito, com certeza. Mas o que temos é o facto de as conclusões do Relatório serem fiéis àquilo que se passou na Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em conta as audições que aqui tivemos. O documento remete para essas mesmas audições.

Na opinião do Bloco de Esquerda, não obstante haver algumas votações em que o Bloco não conseguirá vingar muitas das suas propostas, pensamos que temos condições para aprovar este Relatório, que é positivo, factual e que refere os factos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos.

Segue-se agora o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem, de imediato, a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, que igualmente cumprimento.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, esta Comissão tinha por objetivo, como todas as comissões parlamentares de inquérito, uma vez que não apura matéria criminal, centrar-se nas questões políticas e nas responsabilidades políticas relacionadas com a questão de Tancos.

Desse ponto de vista, diria — talvez seja a única concordância que temos com o que ouvimos da parte da maioria até agora — que a Comissão revelou o essencial que havia para saber. Ao longo das audições, acho que ninguém nesta sala, incluindo quem, na comunicação social, acompanhou esta Comissão desde o primeiro dia, ficou com dúvidas sobre o que aconteceu em Tancos, sobre o essencial do que se passou e o essencial das responsabilidades políticas.

Neste momento, chegámos à votação do Relatório. Já muito foi dito, a nossa posição é conhecida, não vou dar nenhuma novidade. Vou apenas dizer que o Relator diz que este não é o seu Relatório. Bom, admito que não seja, o que digo é que, se calhar, mais do que o Relatório do Relator é o relatório conveniente ao Governo e ao Partido Socialista.

De resto, foi interessante ouvir os Srs. Deputados do Partido Socialista dizerem: «Nada de política!», «Nada de análise política!», no fim de uma Comissão de Inquérito que apura responsabilidades políticas. Há ou não há responsabilidades políticas nesta matéria? Esse é o ponto! Nós não fazemos análise política, fazemos análise de factos para tirar uma conclusão. Há ou não há responsabilidades políticas?

Algo que ficou muito evidente, ao longo dos trabalhos desta Comissão, é que há responsabilidades políticas, há responsabilidades políticas da maior gravidade e estas deveriam ser tiradas no âmbito desta Comissão.

Damos um simples exemplo, enfim, não preciso sequer de o lembrar, mas a verdade é que o CDS disse desde a primeira hora, disso não tenhamos dúvida nenhuma, porque eu próprio estava presente quando o CDS o fez — não consigo dizer agora a data exata, mas pouco tempo depois, falamos de 2017, fez agora dois anos dos terríveis incêndios. De resto, não pedimos só a demissão do Ministro Azeredo Lopes, pedimos também a demissão da Ministra Constança Urbano de Sousa. Fizemo-lo a partir da informação de que dispúnhamos naquela altura e do que tínhamos acompanhado.

É curioso verificarmos hoje, e não vou, agora, maçar-vos com a questão da Administração Interna, pois não é disso que estamos a tratar, mas todos sabemos o que aconteceu, todos sabemos que essa demissão demorou muito mais tempo até que o Ministro Azeredo Lopes também tivesse de se demitir, como é evidente.

Algo que ficou claro nesta Comissão é o facto de quer o anterior CEME, Rovisco Duarte, quer o Ministro Azeredo Lopes se afastaram por causa das responsabilidades que tinham na situação de Tancos. Isso é muito evidente do ponto de vista político, mas não é evidente nem para o Relator, nem para o Partido Socialista, para quem ele se terá demitido por outra razão qualquer que não conseguimos descortinar. Haverá, seguramente, uma boa explicação para isso!

De acordo com este Relatório, quer o ex-Ministro Azeredo Lopes, quer o Sr. General Rovisco Duarte deveriam ter recebido, provavelmente, um louvor ou uma medalha ou uma condecoração daquelas que alguém, no futuro, viria a pedir para serem devolvidas! Mas isso já é outro problema completamente diferente.

Em relação ao que é factual, o Relatório tenta sempre que as responsabilidades estejam no Exército, na falta de investimento que repassa vários governos — nisto estamos todos de acordo —, nos chefes militares, nas questões mais variadas, mas nunca estão no poder político. Aí nunca estão!

Convinha que falássemos aqui bastante claro, ou seja, podem dizer: «Nós — o PS com os partidos que nos ajudam e nos apoiam nesta matéria — não aceitamos responsabilidades políticas!» Mas vir aqui dizer «Nós aceitámos tudo e até estamos todos de acordo» não vale a pena.

Os senhores sabem tão bem quanto eu que o cerne do Relatório, em relação ao que falta, não em relação ao que está, porque posso aceitar muito do que está, é saber se o Governo tem ou não tem responsabilidades. Quando há um ministro que recebe, através do seu chefe de gabinete, no seu gabinete e no seu ministério, um documento que fala em processo ilegal, em investigações paralelas, em ameaças à família de uma determinada pessoa, em contacto com os informadores, com os traficantes das armas, com quem as roubou e quando o Ministro diz que tomou conhecimento do essencial,

pode agora vir o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda dizer: «Bom, há uma pequena lacuna, pois parece que ele não terá percebido bem ou não terá lido bem. Se calhar estava sem óculos, não sei o que aconteceu!»?

De facto, esse Ministro soube do essencial, não fez nada e é responsável, obviamente, por aquilo que aconteceu, politicamente falando. É isso que este Relatório procura omitir, é isso que este Relatório procura apagar.

Em relação ao Sr. Primeiro-Ministro, o grau de responsabilidade não é o mesmo, como é evidente. Para já, achamos estranho, como aqui foi dito, que, tendo esta informação no gabinete do Ministro da Defesa, nem o Ministro da Defesa transmitiu ao Sr. Primeiro-Ministro, nem o Sr. Primeiro-Ministro, nas conversas que teve com o Ministro da Defesa, lhe perguntou sobre isso. É estranho, mas não tenho provas. Aqui, de facto, não tenho prova e posso apenas achar que, realmente, é muito esquisito e pouco competente do ponto de vista político.

Mas sei que o Primeiro-Ministro soube, sei que o Primeiro-Ministro, depois de saber, seja em debate parlamentar, seja em declarações à comunicação social, omitiu o que sabia, omitiu a informação que tinha, o que demonstra que o Governo teve sempre, nesta matéria, um único padrão: esconder o que tinha acontecido, não transmitir a informação, não assumir as suas responsabilidades, encobrir a atuação ilegal da PJM. Não há outra explicação!

O Governo, através do documento que recebeu e do telefonema da então Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, teve duplamente a informação de que tinha havido uma atuação ilegal, mas não fez nada com ela, não mexeu uma palha. Um ano depois, continuava, *a posteriori* da encenação...

Protestos do Deputado do PCP Jorge Machado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está bem, Sr. Deputado, mas desse momento até à saída do Ministro decorreu um ano sem que o Governo tivesse feito nada. Repito: decorreu um ano sem que o Governo tivesse feito nada! Não é antes do assalto, é depois do assalto. Depois do assalto, o Governo soube de tudo — da encenação, das ilegalidades, do acordo com os traficantes — e não fez absolutamente nada, não tomou diligência nenhuma e manteve-se tranquilamente em funções, como se teria mantido sempre.

Com o Sr. Primeiro-Ministro, já o sabemos, é sempre a mesma coisa: nunca há responsabilidade. Os ministros vão saindo, nunca se sabe muito bem porquê. Ele próprio continua a achar que prestaram um enorme serviço ao País, nunca há responsabilidade política. Há uns quantos ministros que são demitidos, mas, para o Partido Socialista, tudo se passa com a maior tranquilidade, com a maior normalidade e até com a maior alegria. Não é assim! De facto, há responsabilidades políticas e há responsabilidades políticas graves!

De resto, convém sublinhar que, em relação ao que podia ter sido apurado, por exemplo, em relação ao General Rovisco Duarte, à sua situação em relação aos outros Generais, em relação às razões que levaram às demissões, em relação à forma como se tentou, também aí, apagar esta situação, demitindo os comandantes das Unidades, procurando logo fazer a transferência rápida para Santa Margarida «e não se fala mais de Tancos», foi sempre esta a postura do Governo:...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não está no Relatório, isso?!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... «Tancos: não se fala sobre isso!» Também aí, Sr. Deputado, porque é que o Partido Socialista não

permitiu o contraditório? Repito: porque é que o Partido Socialista não permitiu o contraditório?

Porque é que nós não ouvimos aqui, como devíamos ter ouvido, os generais que aqui foram desmentidos e que aqui foram ofendidos, ao dizer que a demissão tinha a ver com missões no estrangeiro, coisas que eles não puderam, sequer, replicar, coisas de que eles não puderam, sequer, vir defender-se.

Isto é, portanto, basicamente o que está em causa. É curiosa a forma como o Relatório e o Relator procuram desvalorizar tudo aquilo que é desagradável para o Governo, designadamente quando, por exemplo, chegamos ao tal documento que é a prova inequívoca de que o Governo teve a informação.

Dizia a Sr.^a Deputada do Partido Socialista, há pouco — peço desculpa, não consegui deixar de sorrir, porque me pareceu divertido —, que o Comandante da PJM e o Major Vasco Brazão tentaram implicar o Governo.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Implicaram mesmo! Está aqui no Relatório! Leia o Relatório!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está bem. Então digam! Então digam: implicaram o Governo! E o Governo ficou implicado! Esse é que é o problema: é que eles tentaram implicar o Governo e o Governo ficou implicado.

Portanto, se ficou implicado...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Tentaram implicar o Ministro...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, tentaram implicar como?!

Peço desculpa, Sr. Presidente, estou a ser interrompido.

Como é que tentaram implicar? Tentaram implicar quando foram ao Gabinete do Ministro e disseram: «Olhe, está aqui a verdade. Isto foi tudo uma ilegalidade, isto foi feito sob ameaças, isto foi feito com acordo com os traficantes, etc., etc., etc....».

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — ... e o Presidente da República!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Foi assim. Foi assim, foi assim...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E o Presidente da República!?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não tenho nada do Sr. Presidente da República no Relatório e penso que bem. Penso que bem.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Ah!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Isso aí não é problema meu!

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

Mas fui eu que fiz o relatório ou foi o Relator do seu partido?

Ó Sr. Deputado, posso falar agora, ou o Sr. Deputado está incomodado?!

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, espero que não esteja a contar o tempo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo está suspenso, se reparar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas já devia estar suspenso há muito tempo. O Sr. Deputado Ascenso Simões está nervoso e não me deixa falar.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, não!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, se tentaram implicar...

Se o Sr. Deputado me mostrar que este documento foi entregue noutros sítios, mudarei a minha opinião. O certo é que ele foi entregue no Ministério da Defesa, ao Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa e o Ministro da Defesa teve conhecimento.

Dizia a Sr.^a Deputada que tentaram implicar. Tentaram implicar como? Contando-lhes a verdade de toda a ilegalidade que tinha acontecido. De resto, a expressão «ilegalidade» não existia, e não existe, sequer no Relatório.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Existe, sim!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, tentaram implicar. Se o Governo nada fez, o Governo foi implicado. Se o Governo foi implicado, o Governo passou a ser cúmplice dessa realidade e, a partir daí, é indesmentível que há responsabilidade política. Portanto, não nos venham

dizer que a responsabilidade política é uma criação do CDS, porque não é nenhuma criação do CDS.

Enfim, e mesmo para terminar, Sr. Presidente, diria o seguinte: o que é que vai ficar disto? Acho que vai ficar disto o sabermos a história, sabermos a história completa.

Acho que quem aqui esteve não ficará com grandes dúvidas sobre a história completa, tirando detalhes, aspetos relevantes, seguramente, do ponto de vista criminal. Mas não do ponto de vista de compreendermos a globalidade do quadro e a globalidade da situação, desse ponto de vista, a Comissão valeu a pena.

Vai ficar, na minha opinião — tenho muita pena —, mais uma vez, uma tentativa de branqueamento, por parte do Partido Socialista e dos partidos da maioria que o apoiam, das responsabilidades políticas existentes nesta história. Desse ponto de vista, não há máquina branqueadora mais eficiente do que esta, não é? Diria mesmo que, se alguém quiser comprar uma boa máquina branqueadora, a geringonça é a que mais bem funciona. Geringonça branqueadora!

Portanto, nesta mesma matéria, isso vai ficar claramente...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O resultado das europeias foi ótimo...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Isso vai ficar claramente...

Ouça, esse argumento, ó Sr. Deputado, é tão bom...

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Espere lá, porque ainda vai ter mais... Espere lá, porque ainda...

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não consigo terminar.

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Aprecio, até, o entusiasmo que conseguimos causar na Comissão que foi, em geral, tão tranquila. Mas queria só terminar dizendo que vai ficar a ideia de um Relatório que é, na minha opinião, parcial e dependente do poder. Repito: é um Relatório parcial e dependente do poder!

Por último, fica-me uma ideia, que não posso, obviamente, adivinhar — aí partilho, até, a opinião do Sr. Primeiro-Ministro —, porque não tenho acesso a matéria que está sob segredo de justiça. Mas, sinceramente, fico com a ideia de que este Relatório será, ou não, confirmado à medida que conhecermos o avançar da investigação criminal. Aliás, fica muito a ideia de que este Relatório, da forma como está feito e como está pensado, será desmentido por aquilo que viremos a saber à medida que conhecermos os resultados da investigação criminal.

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos criar as condições para que o Sr. Deputado Jorge Machado possa também usar da palavra, como é seu direito.

Pausa.

Sr. Deputado Jorge Machado, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar o Relator, o Sr. Deputado Ricardo Bexiga, salientando um aspeto que é relevante: não houve, por parte do Relator, uma postura fechada relativamente às propostas de alteração.

Poderia tê-lo feito e esta seria, portanto, uma discussão em que teríamos a base inicial do Relatório, proposta pelo Relator, e as propostas de alteração seriam discutidas e votadas uma a uma. Mas não, a perspetiva e a postura do Relator foi de integração do maior número de propostas possível, do conjunto de partidos.

Por parte do PCP, consideramos que a totalidade das propostas de alteração foram adotadas, com redações diferentes mas com propostas que iam no mesmo sentido.

Salientamos um aspeto que, para nós, era importante, uma vez que, na parte das recomendações, havia, efetivamente, matérias abordadas no primeiro relatório apresentado que nos pareciam excessivas, porque extravasavam o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, e houve disponibilidade por parte do Relator para as eliminar. Saudamos o Relator por isso e sentimo-nos bastante confortáveis, naturalmente, tendo em conta que as propostas que o PCP apresentou foram aceites por parte do Relator.

Consideramos, apesar de todo este entusiasmo em torno do Relatório, que é importante salientar alguns aspetos. Primeiro aspeto: o Relator fez um esforço para basear o seu Relatório em factos. PSD e CDS-PP, que têm tantas dúvidas e críticas ao Relatório, não obstante...

Protestos do Deputado do PSD José Matos Rosa.

... terem tido um conjunto de propostas...

Desculpe, não posso falar do PSD, é isso?!

Não obstante um conjunto de propostas ter sido aceite por parte do Relator! A verdade é que temos de ter uma base factual para alterar o Relatório e essa base factual carece de demonstração. Portanto, há um conjunto de considerações, que foram expressas pelos Srs. Deputados Telmo Correia e Berta Cabral, que, na nossa opinião, carecem de sustentação factual.

Ora, o Relator teve a preocupação de produzir um Relatório com essa mesma base factual. Aliás, a Sr.^a Deputada Sandra Pontedeira fez uma síntese muito abrangente e rigorosa da matéria factual apurada e, nesse sentido, não temos problema nenhum em subscrever.

Queria salientar que o Relatório, ao contrário do que possa parecer, de algumas intervenções realizadas, não foge de questões sensíveis. O Relator não foge de matérias que merecem ponderação e que são matérias sensíveis, na medida em que houve coragem para as abordar. Desde logo, todo o problema do arrastar do tempo, do arrastar do problema, da falta de condições de segurança daquele paiol e o facto de a estrutura não ter resolvido os problemas infraestruturais, que eram críticos, e de isso se ter arrastado ao longo do tempo. É algo que é factual, que não generaliza, que não visa desprestigiar a instituição, mas visa, sim, identificar um problema e um comportamento que é, efetivamente, grave: o de não olhar para os problemas que são reportados, do ponto de vista hierárquico.

Há, no Relatório, a questão sensível do empenhamento de meios. Isto é, ficou demonstrado, por via das audições que realizámos, que a prioridade de missões externas nunca foi colocada em segundo plano, tendo sido alocados recursos humanos e materiais que, depois, falharam, diria, nas missões primárias, nomeadamente nas missões de segurança. E isso ficou também expresso no Relatório.

Esta é uma matéria sensível que carece de ponderação e tem ilações políticas, claramente, a retirar.

O problema da gestão política do processo foi abordado, sendo tratada a questão da demissão dos comandantes por parte da chefia, nomeadamente do CEME, General Rovisco Duarte, e a forma como tratou a questão e o resultado que teve, ou não teve, e que também está relatada no Relatório.

Sobre esta matéria, importa dizer que sucessivos governos têm a tendência de dizer que a gestão dos processos políticos, ou seja, da demissão dos comandantes das Unidades por parte do General Rovisco Duarte foi uma decisão dele e que não teve interferência política. Isso ficou demonstrado, sendo que, muitas vezes, o poder político relega para os chefes a tomada dessas decisões.

Acho que merece consideração para futuro o poder político assumir maior responsabilidade na gestão política dos processos, e não, a propósito de uma autonomia e independência do Chefe ou do ramo, o não interferir nessa mesma opção, deixando, no fundo, o ramo, o Chefe, tomar as decisões que entender, relativamente à gestão política.

Em nossa opinião, falhou a chefia e o poder político ao não demitir, nomeadamente, tenentes-gerais aquando do furto. Limitámo-nos a instaurar processos disciplinares que ficaram por um praça, por um soldado e por um capitão, e isso também fica no Relatório expresso, e não se assumiu, politicamente, a responsabilidade de exonerar tenentes-gerais pelo que aconteceu. Queríamos aqui salientar esse aspeto.

Houve apuramento de factos e matéria. Acho que há aqui um ou outro elemento em que teremos de suavizar a forma ou, do ponto de vista jurídico, dizer «muito provavelmente ocorreu isto», porque há aqui matéria em que somos muito perentórios.

Na afirmação, por exemplo, da questão das vigias ou da ausência de vigia no dia do furto de cerca de 20 horas, somos muito perentórios e eu,

provavelmente, suavizava, dizendo «muito provavelmente», para não sermos tão taxativos, já que isso tem uma carga factual e, do ponto de vista criminal, substantiva que importa acautelar.

Mas foi apurado um conjunto de factos muito relevante, quer quanto ao crime do furto, quer quanto à ação de encobrimento por parte de alguns dirigentes da Polícia Judiciária Militar.

Aqui, queria salientar um aspeto que, para nós, é muito importante que não ocorra neste Relatório.

A Deputada Berta Cabral, e aqui concordo, refere que não podemos tornar o Relatório, nem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, num anátema contra a instituição Exército ou contra a PJM. Acho que o Relatório não o faz, acho que não faz a generalização.

Se a Sr.^a Deputada entender que é esse o sentido em que devemos caminhar, estamos totalmente de acordo, porque, efetivamente, o que falhou não foram as instituições, foram algumas pessoas que atuaram. E esse é um aspeto que, para nós, é determinante.

Não acompanhamos uma discussão precipitada, fora de tempo e fora de contexto relativamente ao futuro da PJM. Independentemente das posições de cada um, não é este o momento nem o local para discutir,...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Nem é o objeto da Comissão!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... nem é o objeto, com certeza, de discutir qual é o futuro da PJM.

Há muito bons profissionais na PJM que desempenharam um papel muito importante na investigação criminal. Tivemos a investigação da PJM a ser elogiada pelos mais altos responsáveis do nosso País noutros processos. Houve um conjunto de crimes que só foram descobertos através da atuação da PJM.

Pôr em causa todo o trabalho da PJM pelo que aconteceu neste caso concreto é, na nossa opinião, um erro que não deve ser cometido. O que aconteceu foi um caso isolado e um caso em que foram as estruturas de topo da PJM e não toda a estrutura, nomeadamente os seus investigadores, que cometeram os erros.

Este é um aspeto que consideramos importante e eu acho que o Relatório não faz a leitura de que houve um problema generalizado da PJM. Não! Houve um problema na estrutura do topo que não compromete o prestígio da PJM a nível geral e de todo o trabalho que tem vindo a fazer em prol da justiça. E, efetivamente, há até processos em fase de acusação, que só acontecem pelo auxílio e pela intervenção da PJM.

Para concluir, o relatório é factual e, na nossa opinião, a questão da responsabilidade é esmiuçada. Queria apenas salientar que, a partir do momento em que há uma investigação criminal em curso, é óbvio que ao Governo não pode, de alguma forma, ser assacada responsabilidade pelo incumprimento. A partir do momento em que há uma investigação criminal e os factos se sabem após o início dessa investigação, quando a PJ e o Ministério Público sabem que houve uma ação de incumprimento, é óbvio que o Governo a única coisa que pode fazer é ajudar a justiça e ajudar no funcionamento, porque há matéria da estrita separação de poderes. Acho que essa matéria também deverá ser tida em conta na análise do Relatório, e o PCP teve.

Protestos do Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Machado.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, peço desculpa, mas, como sabe, não tem direito ao uso da palavra nesta reunião.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Posso, para os apartes.

O Sr. **Presidente**: — É discutível se o aparte é um direito de uso da palavra.

A questão que coloco, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tendo sido apresentadas propostas de alteração, é que está, obviamente, na disponibilidade dos grupos parlamentares as quererem submeter ou não — nesta parte, cito sempre o Prof. Castanheira Neves: juiz do interesse é quem com ele se titula.

Portanto, tendo sido apresentadas essas propostas, poderemos votar o Relatório tal como está e, em função disso, tudo o que não estiver no Relatório é precludido ou podem, obviamente, propor serem votadas as propostas que terão apresentado e, dentro dessa modalidade, agregada ou desagregadamente.

Assim, dou a palavra aos Srs. Deputados que apresentaram propostas de alteração.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, de uma forma muito breve, gostaria de dizer que, para nós, o ponto de situação é claro. Já percebemos mais ou menos a orientação dos vários grupos parlamentares. Há propostas em que, apesar de não terem sido aceites até agora, pelo que percebemos, poderá haver disponibilidade de, com o mínimo de alterações, serem integradas no Relatório, ou não, e há outras propostas que não serão forçosamente integradas e que têm a ver com aquilo que sustentei na intervenção que fiz há pouco.

Assim, o CDS, obviamente, quererá que essas propostas sejam votadas uma a uma. Seguiremos um método simples, fácil e óbvio. Acho que o sentido da votação, digo eu — estou a adivinhar, mais uma vez —, não será muito divergente de proposta a proposta, pelo menos, em relação às nossas, e, no fim, votaremos o Relatório que, obviamente, a não serem aprovadas as nossas propostas, votaremos contra, como já se percebeu.

O Sr. **Presidente**: — Penso que, nestes termos, serão feitas as votações ponto por ponto.

Pedindo a ajuda dos serviços que muito doura e celeremente fizeram os guiões...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, relativamente à parte expositiva do Relatório, que não a das Conclusões e Recomendações, o Grupo Parlamentar do PCP foi o único partido que apresentou propostas de alteração.

Nós considerámos que a segunda versão do Relatório assume as alterações e, portanto, escusamos de votar o quadro comparativo, na medida em que está precludido pela integração, por parte do Relator, das propostas do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Certo.

Portanto, o que foi distribuído como quadro remanescente está precludido.

Vamos votar as propostas de alteração.

Começamos, então, pela página 3 do guião das votações, relativa às Conclusões?

Pausa.

Pergunto se os Srs. Deputados mantêm as propostas, se as querem votar e se a votação é agregada ou desagregada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O PSD propõe uma votação conjunta de todos os números,...

O Sr. **Presidente**: — Nada a obstar.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — ... uma vez que as nossas propostas foram consideradas.

Sr. Presidente, queria apenas esclarecer uma questão. Na alínea *j*), queria conferir...

O Sr. **Presidente**: — Se quiser desagregar alguma...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não.

Sr. Presidente, apenas queria conferir com os serviços se a alínea *j*) é por ponderação das propostas do PSD. Só queria confirmar isso.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Era dos dois.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não, o PCP não apresentou nenhuma proposta.

Portanto, corrige-se para PSD e, em função disto, adotadas as nossas propostas de alteração, propomos a votação conjunta, uma vez que estamos em condições de votar em conjunto, se todos estiverem de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados do CDS, do PS, do Bloco e do PCP, o PSD propõe que as suas propostas de alteração sejam votadas em conjunto...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — As propostas do Relatório com a introdução das nossas propostas. Não precisamos de estar a votar as nossas propostas.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Retiram as propostas.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Certo. Mas eu dei de barato que as propostas que estavam incorporadas mereceriam a votação do Relatório.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, todas as propostas do PSD foram incorporadas.

Por essa razão, estamos em condições de propor que o ponto 1 do Relatório final seja votado em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Mas há outros partidos que têm propostas relativamente às quais querem que se proceda à votação.

O CDS já referiu a sua posição. E o Bloco de Esquerda?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, como as nossas propostas, que eram poucas, foram assumidas pelo Relator, estamos na disposição de votar em conjunto este ponto.

O Sr. **Presidente**: — Então, sobram apenas as propostas do CDS.

Estamos em condições de votar?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, só mais uma nota.

Trata-se de uma questão de redação, mas creio que fica melhor. Na alínea *i*), o Relator adotou a proposta do PCP dizendo que, na ponta final, e cito, «à medida que os meios complementares se iam desmobilizando». Julgo que temos de assumir «à medida que os meios complementares se iam degradando», porque não me parece que os meios complementares se desmobilizem. É apenas uma nota. Se o PCP concordar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, uma vez que é o autor da redação...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, nesta proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PCP, o enfoque principal é na prioridade a dar ao reforço dos procedimentos de segurança, porque, efetivamente, nesta alínea *i*), página 4 do quadro comparativo das Conclusões, a CPI apurou que, apesar da redução do número de efetivos do Exército, não tinha justificação plausível a falta de atenção na prioridade a dar.

Qual é a questão que o PCP coloca? Ficou evidente, das audições, que a prioridade de segurança foi, de alguma forma, posta em causa em função dos compromissos e das missões exteriores.

Para nós, o importante é referir que se tratava de uma prioridade e não como estava na redação inicial. A parte complementar, ou seja, saber se se iam desmobilizando ou degradando, para nós, é indiferente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, pode ser acolhido. Onde consta «se iam desmobilizando», deve ler-se «se iam degradando».

Vamos, agora, proceder à primeira votação, na página 6 do guião de votações, certo?

Passamos à votação da proposta do CDS-PP, alínea *l*)...

Pausa.

Sr. Deputado Telmo Correia, faça favor.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que a nossa proposta é bastante mais detalhada do que a que consta no Relatório. Não vemos razão para não a manter, pelo que poderá ser votada, ainda que esteja parcialmente integrada no Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Alguém quer pronunciar-se?

Pausa.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Há um pormenor. Estivemos a confrontar com a audição e verdadeiramente o Dr. Júlio Pereira não confirmou o que está aqui.

Gostaria que o CDS voltasse a confirmar e por isso é que não colocámos toda a proposta.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é uma resposta factual. É uma transcrição...

O Sr. **Presidente**: — Não é consensualizada e, portanto, existe o método da votação para resolver estas questões.

Vamos votar a proposta, do CDS-PP, de alteração da alínea *l*), n.º 1.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor do Deputado do CDS-PP (Telmo Correia) e abstenções dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos à página 11 do guião de votações para votar a proposta do CDS.

Pausa.

Sr. Deputado Jorge Machado, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, no ponto 2, alínea *c*), o Relator diz: «Apurou que os intrusos conheciam bem o «campo» e que tal invasão só foi possível com a eventual ajuda ou participação de elementos de serviço naquele dia». Sugeria que disséssemos «muito provavelmente só foi possível com». É que, apesar de tudo, nós não temos elementos de prova que nos digam taxativamente que isto aconteceu desta forma. Essa é uma matéria para investigação criminal e que terá de ter elementos de prova.

A sugestão que faço — e peço desculpa, mas esta sugestão resultou de uma leitura posterior ao prazo de apresentação de propostas — é a seguinte: «Apurou que os intrusos conheciam bem o «campo» e que tal invasão, muito provavelmente, só foi possível com a eventual ajuda ou participação (...)». Embora o «eventual», de alguma forma, resolva, julgo que «provavelmente» seria cauteloso do ponto de vista jurídico.

O Sr. **Presidente**: — Transforma o «eventual» em advérbio de modo e fica «eventualmente só foi possível».

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não há qualquer problema da nossa parte.

O Sr. **Presidente**: — Certo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tanto quanto vejo, a diferença entre a proposta do CDS e o que está no Relatório é a justificação pela qual o General Pina Monteiro não teria sido informado — que é o que o CDS diz —, que tem a ver com o facto de estar numa reunião internacional. Enfim, é um bocadinho justificativo, mas eu não vejo inconveniente, portanto, fica como está no Relatório. Não insisto na proposta do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo.

Passamos, então, para a página 13 do guião, ponto 3: proposta, apresentada pelo PSD, de supressão da alínea *c*).

Estamos em condições de votar?

Pausa.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — A alínea *b*) do n.º 3 que o Bloco de Esquerda propõe que seja eliminada, diz o seguinte: «A Comissão apurou que a PJM fez o que lhe competia ao reportar à PJ a situação e pedindo que fossem acionados os mecanismos internacionais de alerta».

Isto, numa primeira fase, foi absolutamente verdade, a PJM fez o que lhe competia numa primeira fase, só depois é que deixou de o fazer e passou

a fazer uma investigação paralela. Mas na primeira fase fez isso e não vejo razão para ser retirado, é factual.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Vasconcelos pediu a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exatamente por isso, podemos incluir «numa primeira fase»... Pode dar a entender, de forma errónea,... Mas aceito a sugestão de manter a alínea, não há problema com isso.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a alínea *b*) regressa ao Relatório, é isso? O Sr. Deputado Relator é quem tem de anuir, porque o Relatório é do Relator!... O que suprimiu volta a incluir!

O Sr. **Relator** (Ricardo Bexiga): — Sem qualquer problema, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para clarificar, informo os Serviços de que o que foi eliminado, a alínea *b*), por proposta do Bloco de Esquerda, tendo sido retirada a proposta de eliminação volta a ser repristinado no Relatório.

Voltamos à página 13, à proposta do PSD, de eliminação da alínea *c*).
Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, nós propusemos a eliminação desta alínea *c*) pelas razões que o PCP invocou há pouco: não temos elementos de prova para afirmar isto. Isto apenas resultou do depoimento do General Rovisco Duarte e penso que não podemos tirar conclusões de algo que apenas uma pessoa afirmou.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de votar?

Pausa.

Vamos então passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD e que consta da página 13 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Vamos, agora, votar a proposta, apresentada pelo CDS-PP, de alteração da alínea *d*).

Pausa.

Os Serviços estão a referir-me que, aparentemente, se trata de uma questão de redação...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, trata-se de uma questão de redação e, mais uma vez, não faço questão de manter a proposta. Pelo CDS, está retirada a proposta. Se a do PSD foi retirada por isso, a do CDS está retirada.

O Sr. **Presidente**: — Pois, era isso mesmo.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, em relação à alínea *d*) gostaríamos de propor que se retirasse a última parte e que ficasse apenas «apurou que a decisão de exoneração dos comandantes, anunciada pelo CEME na comunicação social, e sem o devido enquadramento legal, foi contestada pelo Comandante das Forças Terrestres e pelo Comandante do Pessoal, tendo em conta o impacto que a mesma teria na coesão do Exército».

Para nós, deve terminar aí, porque «questionando as competências exclusivas do chefe» entra um pouco em contradição com a primeira parte, que diz «sem o devido enquadramento legal». Quer dizer, o chefe não pode ter competências exclusivas sem o devido enquadramento legal, portanto, a redação deve terminar na «coesão do Exército». Ponto. Neste caso, não dizer mais nada. Acho que o menos é mais.

O Sr. **Presidente**: — Foi proposta por ponderação do PSD e do PCP. Se o PS não... A sua sugestão é de colocar o ponto final em...?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Na «coesão do Exército».

O Sr. **Presidente**: — Portanto, prescindir-se-ia da parte subsequente, «questionando as competências exclusivas a quem competia por lei assumir as medidas que julgava importantes».

Faça favor, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Em nossa opinião, o Relator até suavizou a conclusão que o PCP retirou, porque nós dizemos mesmo que «o Comandante das Forças Terrestres e o Comandante do Pessoal, em desautorização e afronta das competências exclusivas dos chefes». Mas o Relator, na segunda versão, de alguma forma suavizou estas palavras e, na

nossa opinião, persiste a necessidade de manter a parte final do inciso, na medida em que houve, efetivamente, uma afronta e uma desautorização por parte destes comandantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, só para chamar a atenção do Sr. Deputado do PCP sobre a parte inicial da alínea desse número, pois, na sua própria proposta, o PCP refere «a decisão de exoneração dos comandantes sem o devido enquadramento legal». Portanto, eles contestam porque não há enquadramento legal. Logo, se está a dizer e a assumir que não há enquadramento legal, depois não pode dizer que eles afrontam o chefe por desautorização, porque não há enquadramento legal. Ou uma coisa ou outra, não pode ter as duas coisas na mesma alínea!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, faça favor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é óbvio que a decisão não teve enquadramento, mas essa é uma questão que não foi tida em conta pelos Comandantes da Forças Terrestres e do Pessoal. Eles manifestaram oposição à decisão tomada de uma competência que era exclusiva.

Nós entendemos que a decisão não tinha enquadramento legal, mas era uma competência exclusiva do comandante e houve uma desautorização e uma afronta por parte destes dois comandantes. Portanto, mais uma vez, reitero que o Relator suaviza o texto, mas concordamos com a proposta feita.

Protestos do Deputado do PSD José de Matos Rosa.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente! O Sr. Deputado Matos Rosa tirou-me as palavras da boca!... (*Risos*).

Chamo a atenção — aliás, na sequência da interpelação do Sr. Deputado Matos Rosa — que estão formalizadas as propostas e a questão é essa. Há um alerta da possibilidade de se encontrar um consenso, o Relator incluiu, portanto, estamos, neste momento, com uma proposta de alteração, do PSD, pendente.

Vamos, portanto, votar essa proposta, apresentada pelo PSD, de alteração da alínea *d*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Temos para votação propostas de eliminação das alíneas *f*) e *g*), apresentadas pelo CDS-PP, contidas na página 15 do guião.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, o CDS propunha a eliminação da proposta anterior, essa era a nossa proposta original. Há aqui uma ponderação em função do que foi proposto por nós e pelo PSD, portanto, não mantenho a proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente**: — A proposta é retirada, portanto, está precluída essa votação.

Ainda na página 15 do guião consta uma proposta de eliminação da alínea *h*), que foi apresentada pelo PSD. Há uma diferença de redação, na

proposta do PSD, «se demitiram no momento do furto»...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, também queria deixar aqui a razão pela qual propomos a eliminação desta alínea. É que, mais uma vez — e recordo que o PCP há pouco, quanto à alínea *c*) do n.º 2, também utilizou o mesmo argumento —, não temos elementos de prova para afirmar o que está aqui dito nesta alínea *h*), baseando-se apenas no depoimento do General Rovisco Duarte.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, isto não carece de grande discussão. O apuramento disciplinar que houve foi feito a um praça, a um sargento e a um capitão. Ponto! É factual.

Uma parte da estrutura superior do Exército limitou o apuramento de responsabilidades...

O Sr. **Presidente**: — «Por último, uma parte da estrutura superior do Exército tentou limitar o apuramento de responsabilidades na hierarquia, como havia acontecido».

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não havendo mais alterações por parte de nenhum partido, estamos dispostos a votar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas quem pediu a palavra para expor os seus argumentos foi o PSD!

Vamos, então, votar a proposta, apresentada pelo PSD, de eliminação da alínea *h*), constante na página 15 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João,

Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e a abstenção do Deputado do CDS-PP (Telmo Correia).

Mantém-se a alínea *h*) no Relatório.

Vamos agora passar à votação da alteração da alínea *i*), proposta pelo CDS-PP, que consta das páginas 16 e 17 do guião.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, esta proposta é, para nós, mais um dos aspetos essenciais de que temos falado, ou seja, as contradições entre os depoimentos do General Rovisco Duarte e os dos outros dois tenentes-generais, contradições que existiram e não permitiram o contraditório. Para nós este é um aspeto essencial e, portanto, mantemos a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votá-la.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor do Deputado do CDS-PP (Telmo Correia) e a abstenção dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa).

Na página 17 do guião consta uma proposta de alteração da alínea *i*), apresentada pelo PCP, e uma proposta de eliminação da mesma alínea,

apresentada pelo PSD. Penso que, em termos lógicos, é melhor votar primeiro a proposta de eliminação, porque se a alínea *i*) for eliminada não chegará a ser alterada.

Vamos, por isso, votar, primeiro, a proposta de eliminação da alínea *i*), apresentada pelo PSD.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Dado o resultado da votação, passamos, então, à votação da proposta apresentada pelo PCP, de alteração da alínea *i*).

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, nós prescindimos, uma vez que houve uma alteração na redação.

O Sr. **Presidente**: — Tendo o PCP prescindido da proposta apresentada, porque considera que está incorporada no Relatório, votar-se-á no final. Só foi votada a proposta de supressão e, tendo sido rejeitada, a redação inicial da alínea consta da proposta de Relatório.

Passamos às propostas de eliminação da alínea *j*), que constam da página 18 do guião. Há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que não sei se fica precludida com a eliminação da alínea.

Sr. Deputado Telmo Correia, tem a palavra.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo, mas há aqui uma referência errada, que diz «eliminar por ponderação PSD e PCP», nas do CDS também, que nós também tínhamos uma proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente**: — Certo. É fazer menção na alínea *j*) «ponderação de proposta do PSD, CDS e PCP». Falta o CDS-PP, de facto. E está correto. Aliás, é óbvio, basta olhar para o guião de votações. Mas não obstante ter sido eliminada, há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda que temos de votar.

Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco mantém esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, vamos votar a proposta de alteração. Se esta proposta for aprovada, obviamente que a alínea *j*) deixa de estar eliminada.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, era para informar que nesta votação o Partido Socialista terá liberdade de voto, portanto, os Deputados do Partido Socialista têm liberdade de voto.

O Sr. **Presidente**: — É suposto numa Comissão de Inquérito.

Vamos votar a proposta de alteração da alínea *j*), apresentada pelo BE, constante da página 18 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João), do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa), do CDS-PP (Telmo Correia) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor dos Deputados do PS (Sandra Pontedeira, Ricardo Bexiga) e do BE (João Vasconcelos) e a abstenção do Deputado do PS (Santinho Pacheco).

Pelo resultado verificado, está claramente precludida a proposta de eliminação da alínea *j*), apresentada pelo BE.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, era para anunciar a entrega de uma declaração de voto em nome do PSD, porque, de facto, esta matéria não é objeto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Obviamente, os Srs. Deputados são livres de fazer declarações de voto pontuais, embora eu recomende que as guardemos para o final.

Protestos da Deputada do PSD Berta Cabral.

Certo, Sr.^a Deputada, não lhe cortei a palavra, longe de mim, só que se continuarem as declarações de voto duplicaremos o tempo.

Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda também entregará uma declaração de voto sobre esta matéria porque entendemos que foi tratada, afluída e discutida. Muitos Generais vieram à Comissão e falaram exatamente na questão do Colégio Militar, tal como falaram nos Comandos e essas situações revelaram um sentimento de desconforto da parte da hierarquia militar relativamente à tutela. Isso foi óbvio.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à alínea *k*), com duas propostas de eliminação, do PSD e do CDS-PP, na página 18 do guião de votações.

Pela ordem de entrada, vamos votar primeiro a proposta de eliminação apresentada pelo PSD. Como as propostas são iguais, se a do PSD for aprovada, não levamos à votação a proposta do CDS.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, para expor as razões por que propomos esta eliminação, nomeadamente o facto de a matéria constante da alínea *k*) extravasar o objeto da nossa Comissão.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, faça favor.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só para dizer que o CDS propõe a eliminação não exatamente pelo mesmo fundamento, porque obviamente que tudo isto tem que ver com Tancos e portanto não considero que extravase coisa nenhuma.

O que consideramos é que foi clara a divergência entre o General Rovisco Duarte e os Generais Menezes e Calçada. Não houve possibilidade de contraditório nem de prova, pelo que é opinativo que tivesse decorrido daí a tal tentativa de instabilidade, portanto pretendemos que tal não seja incluído no Relatório, até porque eles saíram e declararam ter precisamente agido por honra militar, em defesa da instituição, etc.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo, Srs. Deputados. Estamos, então, em condições de votar a proposta de eliminação da alínea *k*), apresentada pelo PSD.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Dado o resultado da votação, está precludida a proposta de eliminação da alínea *k*) e a mesma alínea mantém-se.

Passamos para a página 19 do guião de votações, alínea *l*), em que há uma proposta de eliminação do PSD.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, a nossa proposta de eliminação justifica-se pela falta de provas. De facto, ninguém nos falou nesta matéria aquando das audições.

A alínea *l*) diz o seguinte: «Apurou a reintegração dos Comandantes para pacificar o Exército». Ninguém nos falou nisso.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD, de eliminação da alínea *l*), constante na página 19 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa) e a abstenção do CDS-PP (Telmo Correia).

Vamos passar para a página 21. Há propostas de alteração da autoria do PCP.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já estão incluídas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O PCP considera que estão incluídas?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Presidente. Estão incluídas na alínea *p*) e na alínea *m*).

O Sr. **Presidente**: — Então, considerando o PCP estarem incluídas, a votação encontra-se precludida. Portanto, há apenas uma proposta de aditamento, da autoria do CDS-PP, de uma alínea *n*), na página 22 do guião.

O Sr. Deputado Ascenso Simões refere que aparentemente o que aqui está se encontra na página 19, alínea *m*), se o CDS entender assim.

Porém, há uma contradição.

Pausa.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está uma referência àquilo que nós dizemos, mas não com a mesma clareza com que o dizemos e sobretudo omite a referência ao atual Ministro da Defesa Nacional, que, na audição que teve no dia 2 de maio, de facto, contraditou essa mesma versão. Portanto, nós mantemos a nossa proposta à votação. Se ela for aprovada, poderá ser incluída aqui ou numa redação final, junto ao outro texto que lá está atrás. Se não for aprovada ficaremos só com o texto que temos atrás.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — A alínea *m*) diz mesmo o seguinte: «Por ponderação da proposta do CDS-PP». A questão que se coloca é que o Relator aceitou a proposta do CDS em parte tentando encontrar no Relatório aceitação por parte do CDS.

Nós ouvimos aqui o Sr. Ministro João Cravinho, mas em nenhuma das outras conclusões referimos as personalidades. Ou seja, nós também ouvimos milhentas personalidades e não dizemos «segundo disse o Sr. Capitão não sei quantos». Até parece que especificamente, relativamente a esta proposta, nós temos de referir «O Sr. Ministro João Cravinho», o que é uma coisa anormal na economia de todo o texto do Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Certo, mas o CDS tem a prerrogativa de querer manter a sua proposta a voto. É compreensível.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Com certeza.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, achamos relevante a declaração do Ministro Cravinho. É só isso. Quando o Ministro Cravinho diz que o General Rovisco Duarte não falou com ele sobre este assunto, politicamente isso é relevante e por isso é que mantemos a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com esta clarificação, vamos, então, proceder à votação da proposta do CDS, de aditamento de uma alínea *n*), constante da página 22 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira, Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Vamos para o ponto 4, na página 23 do guião de votações. Há uma proposta de aditamento de uma alínea *g*), apresentada pelo CDS-PP.

Sr. Deputado Telmo Correia, tem a palavra.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, aceito a redação original, pelo que prescindo da proposta.

O Sr. **Presidente**: — Visto que prescinde, está precludida a proposta de aditamento de uma alínea *g*).

Passamos para a página 24, com uma proposta de alteração do PSD à alínea *e*). Estamos em condições de votar a proposta?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o que não percebo é a manutenção da proposta.

O Sr. **Presidente**: — No Relatório está o seguinte: «por ponderação das propostas do CDS», mas é precisamente das propostas do PSD, já que o CDS não tem propostas aqui. Acho que é um lapso, na página 24, onde está «por proposta de ponderação do CDS», é PSD. Portanto, pergunto ao PSD se retira a sua proposta.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O PSD retira a proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, está precluída a proposta de alteração, da autoria do PSD, constante da página 24 do guião de votações.

Passamos para a página 25, em que há uma proposta de eliminação da alínea *d*), da autoria do PSD.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O PSD retira a proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente**: — O PSD retira a proposta de eliminação, mas há uma proposta de alteração do Bloco, que foi acolhida e, portanto, presumo que esteja já incorporada no Relatório.

Ainda na página 25 temos uma proposta de alteração do CDS-PP.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PSD): — Não temos. O Sr. Presidente é que se adiantou e quando em cima dizia PSD, devia dizer PSD e CDS, porque a alínea *e*) que o CDS apresenta corresponde à alínea *c*) do que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, obviamente que cada grupo parlamentar é livre de, a qualquer momento, estar à vontade e dizer que não se revê nessa ponderação, embora se parta do princípio que ela terá ocorrido.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, na alínea *f*) do Relatório, constante da página 26 do guião de votações, o PSD propõe retirar a expressão «a todo o tempo».

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Relator retirará a expressão «a todo o tempo». E a expressão «por ponderação do PSD» ficará no Relatório. Certíssimo.

Vamos para a página 28. Há uma proposta de alteração do PCP.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, permite-me que use da palavra?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é porque temos dúvidas relativamente à expressão «terá dado». A expressão é a seguinte: «Apurou que disso terá dado nota ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Defesa Nacional». E nós, das duas, uma: ou aceitamos que «deu nota» e portanto damos como provado que deu nota e, da nossa parte, isso

resulta das audições ou não resulta das audições e terá de ser necessariamente eliminado. Isto porque a expressão «terá dado» deixa a dúvida se deu ou não deu.

Portanto, a nossa primeira sugestão é a substituição por «deu nota». Se for acolhida, muito bem. Não sendo acolhida, terá de ser eliminada, porque o «terá dado» é subjetivo, não se retira nenhuma ilação da expressão.

O Sr. **Presidente**: — Mas está eliminada por ponderação de proposta do PCP, certo?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, assim sendo, estando eliminada...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Relator optou pela segunda opção.

O Sr. **Presidente**: — Certo, das duas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Os grupos parlamentares podem optar pela primeira opção, que é substituir a expressão «terá dado» pela expressão «deu nota», «apurou que disso deu nota ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Defesa Nacional».

Estamos confortáveis com as duas, portanto há que perguntar se os grupos parlamentares aceitam a expressão «deu nota», porque aí estamos a tomar uma posição e não deixamos na dúvida se deu ou não deu nota ao Presidente da República e ao Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, apurámos que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar «terá dado nota ao Sr. Presidente da República e deu nota ao Sr. Ministro da Defesa Nacional». Foi isso que apurámos na Comissão.

Não podemos aqui, na Comissão, afirmar que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar deu nota ao Sr. Presidente da República, vamos lá elevar um bocadinho o nosso desempenho!

Portanto, de duas, uma: ou colocamos aqui «apurou que disso terá dado nota ao Sr. Presidente da República e deu nota ao Sr. Ministro da Defesa Nacional» ou eliminamos esta questão. Pela nossa parte, uma ou outra podem ser aprovadas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nós temos dois testemunhos factuais de que o Sr. Diretor da PJM deu nota, efetivamente, ao Sr. Presidente da República, numa reunião ocorrida em Tancos.

Temos dois registos, duas testemunhas que efetivamente fizeram essa afirmação. Portanto, não é «terá dado», é «deu», porque, efetivamente, tivemos dois relatos desse mesmo acontecimento do Major Brazão e do Capitão Bengalinha que o afirmaram, salvo erro — o Capitão Bengalinha, de certeza absoluta, o Major Brazão não tenho a certeza. Temos esse mesmo testemunho.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado, que é o autor da proposta de alteração, se sentia confortável com a eliminação, tal como estava feita, acho que estava já ultrapassada a questão. Do que está a dar nota é de que não está satisfeito, confortável, com a eliminação, e, portanto...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Tendo consenso relativamente a isto, teremos de eliminar, porque o «terá dado» é inconclusivo. É essa a questão.

O Sr. **Presidente**: — Então, tendo sido autor da proposta e estando confortável com a eliminação, isso está ultrapassado, está eliminado e mantém-se o relatório.

Agora sim, passamos para a página 29, com uma proposta de alteração do CDS-PP, na alínea *f*)...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Está incluída, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Está incluída. Considera precludido por inclusão, o mesmo que havia ocorrido...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E a do Bloco também está.

O Sr. **Presidente**: — Também está incluída. Está incluída.

As que estão a verde no guião de votações, supostamente — e quero só explicar isto, porque há bocado, com algum humor, foi referido que eu estava a passar as propostas verdes —, tendencialmente, terão sido acolhidas, a menos que o proponente ache que uma determinada forma de redação o leve a considerar de forma diferente.

Então passamos para a página 30 do guião, com uma proposta, apresentada pelo PSD, de alteração da alínea *k*).

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — De aditamento.

O Sr. **Presidente**: — Perdão, exato, de aditamento de uma alínea *k*).

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, propomos este aditamento, porque julgo que faz todo o sentido, na sequência dos pontos anteriores, referir que a Procuradora-Geral da República não enviou a participação ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, porque foi aberto um inquérito-crime. Ela referiu isso aqui, na audição. Portanto, faz sentido para completar a informação e as conclusões anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Estamos em condições de votar?

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos então votar, na página 30 do guião de votações, a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de uma alínea *k*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira, Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Segue-se a página 31, com uma proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda — e, como vê, não estando a verde, detenho-me na página 31 —, de alteração...

O Relator está a referir que houve ponderação, o mesmo acontecendo em relação à alínea *l*). Portanto, as duas propostas do Bloco, alíneas *k*) e *l*), são, aparentemente, a mesma coisa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, eu tinha confundido. A alínea *k*), do Bloco de Esquerda, é para manter. Estava a ver outra.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para a alínea *k*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José Matos Rosa) e do BE (João Vasconcelos), e abstenções dos Deputados do CDS-PP (Telmo Correia) e do PCP (Jorge Machado).

Passamos agora para a página 32 do guião de votações, com uma proposta, apresentada pelo CDS-PP, de alteração à alínea *k*).

Pausa.

Sr. Deputado Telmo Correia, dizia que estávamos na página 32 do guião, alínea *k*). Tem alguma questão?

Pausa.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, mantemos a proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a proposta, apresentada pelo CDS-PP, de alteração à alínea *k*), que consta da página 32 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Há também uma proposta, apresentada pelo CDS-PP, de alteração à alínea *l*), páginas 32 e 33, que passamos a votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Passamos ao ponto 6: A recuperação das munições. Aparentemente, há uma proposta que está ponderada, relativamente às alíneas *a*) e *e*).

Assim sendo, passamos à página 35 do guião, com uma proposta, apresentada pelo PSD, de alteração à alínea *k*).

Vamos votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João,

Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não altera o resultado da votação, mas, como temos uma proposta nossa sobre esta mesma matéria, não acompanhámos a proposta do Bloco, na alínea *k*), tendo eu dito que nos iríamos abster. Mas não, nós acompanhamos.

Não altera o resultado da votação, mas o CDS vota também a favor. É menos do que nós propomos, mas vai no mesmo sentido.

Ou seja, quanto à página 31, alínea *k*), o CDS vota também a favor. Não altera o resultado da votação, mas o CDS vota a favor.

O Sr. **Presidente**: — Mas há uma correção da votação da proposta do Bloco de Esquerda, de alteração à alínea *k*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José Matos Rosa), do BE (João Vasconcelos) e do CDS-PP (Telmo Correia) e a abstenção do Deputado do PCP (Jorge Machado).

Passamos, agora, para a página 36 do guião. Há uma proposta de alteração do PCP que está a verde, pelo que foi, aparentemente, ponderada pelo Relator.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, penso que a proposta já está incluída. O Sr. Deputado Jorge Machado que diga, mas penso que já está incluída.

O Sr. **Presidente**: — O PCP diz-me que considera que está incorporada, pelo que prescinde da sua proposta de alteração.

Passamos, então, para a alínea *i*) do Relatório, portanto propostas de alínea *m*). E há três propostas de alteração, apresentadas pelo Bloco, pelo PSD e pelo CDS.

Estamos na página 36 do guião.

Pausa.

Aparentemente, há ponderação das propostas do PSD e do Bloco, o que, sendo reconhecido pelos próprios, nos remetia apenas para a proposta de alteração apresentada pelo CDS.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não percebi agora, Sr. Presidente?...

O Sr. **Presidente**: — Estou a dizer que, relativamente às três propostas de alteração da página 36, apresentadas pelo Bloco, PSD e CDS, está escrito na página 37 do guião, alínea *i*), «considerou as propostas do PSD e Bloco».

A ser assim, ficaríamos reconduzidos apenas à votação das propostas do CDS, se as mantivesse, porque, aparentemente, o que o PSD e o Bloco propuseram estará no Relatório.

Pausa.

O PSD reconhece que está incorporado e o Bloco, aparentemente, também.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente, não está! E este é um dos pontos essenciais para nós.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é o que estou a dizer. Há propostas de alteração apresentadas por três partidos, sendo que as propostas de dois deles foram ponderadas e estão incorporadas no Relatório.

Não estando as do CDS-PP, obviamente, votá-las-emos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas explicar que, para nós, este é, de facto — e já o disse várias vezes —, um ponto essencial.

A proposta do Relatório fala num encontro informal, num documento sem data nem assinatura. E isso pode ser verdade, mas depois falta lá o que está no documento, ou seja, um documento em que se descreve com pormenor suficiente a encenação realizada pela PJM e a condição do não envolvimento da PJ. Ou seja, o conteúdo do documento é muito importante.

A nossa proposta discrimina isso mesmo, dizendo-nos o conteúdo do tal memorando que foi entregue, porque, sem esse conteúdo, dizer só que foi entregue um documento que falava do tema, não é suficiente para se depreender a correção ou a incorreção da ação do Governo e as

responsabilidades políticas. Portanto, mantemos, obviamente, a nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Penso que é claro que está à votação a proposta de alteração do CDS-PP, constante nas páginas 36 e 37 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa, Fátima Ramos) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Passamos agora para a página 38 do guião de votações, na medida em que a proposta apresentada entretanto pelo Bloco de Esquerda foi considerada no Relatório, não necessitando de votação. Não obstante, há uma proposta de alteração relativa à alínea *n*), apresentada pelo PSD que, sendo aprovada, repristina com um texto diferente.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — É para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, é para fazer uma declaração de voto, porque efetivamente apurar que o MDN (Ministro da Defesa Nacional)...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, ainda não votámos a proposta...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Ainda não a votaram?!

O Sr. **Presidente**: — Pode fazer uma exposição, mas não uma declaração de voto...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Agradeço, porque faz mais sentido fazer uma exposição do que declaração de voto.

É factual, e foi aqui referido, quer pelo seu Chefe de Gabinete, quer por outras pessoas que aqui estiveram, que o MDN teve conhecimento do conteúdo do documento. O próprio Ministro reconheceu que teve conhecimento do essencial do documento.

Portanto, se teve conhecimento do essencial do documento, teve conhecimento de que a PJM estava a proceder a uma investigação à margem da PJ, quando não tinha competência para isso. Estou a falar da proposta de alteração do PSD à alínea *n*), que agora é *j*), da página 38 do guião.

É factual e não percebo porque é que uma informação destas que é relevante no contexto, de acordo com o objeto da nossa Comissão de Inquérito, é eliminada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada Berta Cabral. Não havendo inscrições para intervenções, passamos à votação da proposta de alteração anteriormente identificada.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabra, Carlos Abreu Amorim, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa, Fátima Ramos) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Na mesma página 38, as propostas do PSD e do BE, aparentemente foram ponderadas e incluídas na alínea *k*), o mesmo não sucedendo com a proposta de alteração do CDS-PP.

Portanto, nos termos há pouco expostos, sendo reconhecida essa inclusão pelos proponentes, passaríamos à votação da proposta de alteração do CDS-PP. Peço que me confirmem o assentimento, uma vez que por ordem cronológica a proposta do CDS tem de ser a última a ser votada.

Pausa.

Pelo silêncio, depreendo o assentimento do PSD e do Bloco.

Dou então a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia para apresentar a proposta de alteração constante na página 38 do guião de votações.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostava só de dizer, não sendo uma declaração de voto, que o que o PSD e nós votámos a favor na proposta anterior é algo factual, importante e central desta Comissão de Inquérito, nomeadamente o que é que o Governo soube ou não soube e o que fez com o que soube ou não soube.

Por isso é que esta proposta, na nossa opinião, tem de ser muito detalhada e não nos podemos refugiar em expressões, com o devido respeito, como as que usa o Bloco de Esquerda, que teve conhecimento «do tal documento». Como se fosse uma coisa que ninguém sabe muito bem o que é.

Assim, o CDS quer que se diga exatamente o que é que o Sr. Ministro conheceu e que isso fique muito claro e baseado nas declarações do então Ministro Azeredo Lopes. Por isso é que dizemos, como ele aqui disse, que teve, através do seu Chefe de Gabinete, conhecimento do «essencial»,

expressão que usou, «dos documentos entregues pelo Diretor-Geral da PJM e pelo inspetor Major Vasco Brazão». Depois, sublinha, e passo a reproduzir: «considero que o meu Chefe de Gabinete, no contexto em que recebe aquela informação, me transmite lealmente o essencial ou aquilo que era importante que eu conhecesse».

Esta expressão e este apuramento da parte do então Ministro Azeredo Lopes é essencial, porque, senão, estamos, como já ouvimos hoje — o que consideramos branqueamento —, a dizer que ele terá conhecido alguma coisa, terá sabido de alguma coisa, terá tido alguma ideia! Não! É preciso reproduzir exatamente o que ele disse, ou seja, que teve conhecimento do essencial e é isso que leva à responsabilidade política, por isso mantemos a nossa proposta e a nossa versão.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, então, em condições de votar a proposta do CDS-PP constante da página 38, alínea *n*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabra, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Passamos agora à página 39 do guião de votações. Aparentemente houve a incorporação no texto do Relatório da proposta do Bloco, o mesmo não acontecendo com a do PSD. Estaremos em condições de votar a proposta de alteração do PSD à alínea *p*).

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, só queria fazer uma referência: o Relatório refere «por ponderação das propostas do PSD e do Bloco de Esquerda.»

O Sr. **Presidente**: — Tem razão, Sr.^a Deputada, peço desculpa.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Estão as duas incorporadas, a do Bloco e a do PSD. De acordo com o Relatório, as duas foram incorporadas.

Já outras estavam assim, havendo questões de redação. Aqui também é uma questão de redação, mas acho que é importante todo o depoimento que foi feito pelo General Martins Pereira, Chefe de Gabinete, e pelo próprio Ministro, uma vez que ele disse que teve conhecimento do «essencial do documento» não só telefonicamente, como ao longo do dia em várias reuniões em que estiveram juntos. O Chefe de Gabinete refere isso expressamente na sua audição.

Seria necessário ponderar, em vez de se falar em secundarizar... Ou também pôr isso... Ou «por contacto telefónico e ao longo do dia, através do seu Chefe de Gabinete, tendo secundarizado...». Também não temos nada contra essa parte.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, posso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Era só para dizer que isto que a Sr.^a Deputada Berta Cabral acabou de dizer é o que dissemos na alínea anterior, ainda que numa versão sintética. Volta a ter o essencial da questão que é se teve conhecimento ou não.

Acompanhamos a proposta do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a falar da proposta do PSD que está na página 39 do guião de votações.

Votámos a do CDS precisamente porque o PSD anuiu que a sua estaria reproduzida no Relatório.

Votámos primeiro a proposta do PSD, porque, cronologicamente, entrou primeiro... Mas se a Sr.^a Deputada quiser repetir a votação...

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, no evoluir da votação tendemos a não ler o que verdadeiramente está escrito. Gostaria de alertar para a alteração do texto que é muito relevante e, talvez, o PSD e o CDS não estejam a dar-lhe essa mesma relevância.

Diz a nova redação: «apurou que o Ministro da Defesa teve conhecimento através de contacto telefónico de alguns elementos do conteúdo de documentos deixados pelo Coronel Luís Vieira e pelo Major Brazão no mesmo dia» — tudo isto atravessa todas as propostas — «tendo-o secundarizado».

Ou seja, vão mais longe do que o que propõe o PSD e o CDS e, mesmo assim, o PSD e o CDS desvalorizam a proposta do Relatório.

É normal esta posição! A obsessão é tanta que nem sequer leem a redação que está no relatório, por proposta do Bloco de Esquerda e que foi aceite pelo Relator.

Risos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Como é óbvio, tendo sido apresentadas propostas de alteração, cada proponente é o único juiz de a querer submeter a votação.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, votámos a proposta de alteração do CDS-PP, porque demos de barato que...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Foi rejeitada. Queremos votar a nossa.

O Sr. **Presidente**: — Pronto. Só se chamou a atenção de que a Sr.^a Deputada deveria ter suscitado essa questão antes da votação. Quando votamos com guiões, é usual todos nós termos falhas, portanto, vamos votar a proposta do PSD.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — A questão é que a proposta do CDS é mais completa e mais detalhada do que a do PSD. Se ela passasse, a nossa ficava incorporada, digamos, na do CDS-PP. Como não passou, mantemos a nossa e queremos que seja votada.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, desculpe, não quero complicar, mas deixava uma pequena nota para dizer ao Sr. Deputado Ascenso Simões, com todo o respeito, que compreendo o que o Sr. Deputado quer dizer, mas ter conhecimento de «alguns elementos do conteúdo» ou ter conhecimento, como o próprio disse, do «essencial do conteúdo» não é a mesma coisa.

Em relação a secundarizar ou a não secundarizar, aí, de facto, já estamos numa matéria opinativa. Acho que o Ministro não secundarizou, ignorou, não fez nada e isso é de uma gravíssima irresponsabilidade política.

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quer que eu leia? O Sr. Deputado Ascenso Simões acabou de ler a sua redação, então, vou pedir-lhe que tenha paciência porque vou ler a minha!

«Apurou que o ex-Ministro da Defesa Nacional tomou conhecimento através do seu Chefe de Gabinete do essencial dos documentos entregues pelo Diretor-Geral da PJM e ...»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, vamos votar então a proposta do PSD, mas antes gostaria de perguntar em que momento vamos proceder à interrupção dos trabalhos, uma vez que é líquido que não concluiremos a votação da parte da manhã.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a interrupção agora, uma vez que sou diabético e tenho mesmo de ir almoçar.

Mas também queria sugerir o seguinte: continuaremos as votações na parte da tarde e extingui-las-íamos, mas faremos as declarações finais amanhã.

Ou seja, considero que não devíamos fazer hoje as declarações finais às horas que terminássemos. Fá-las-íamos amanhã, porque é o que faz sentido, até para honrar a Assembleia e o papel desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Por mim, não tenho objeção a essa proposta. Faremos as votações hoje e as declarações amanhã.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Também não tenho objeção.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, assentamos que hoje faremos as votações e as declarações finais far-se-ão amanhã.

Vamos proceder a esta votação agora e interromperemos a reunião para a mesma ser continuada à tarde, na sala 1.

Vamos votar a proposta de alteração do PSD, alínea o), constante da página 38 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes e José de Matos Rosa) e do CDS-PP (Telmo Correia).

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, queria voltar atrás. Tinha aqui uma proposta de melhoria de uma alínea, que não sei se já passou ou se não... É no 7.B. Mas podemos ver isso na parte da tarde.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de começarem a sair, chamo só a atenção para duas coisas: na parte da tarde, a reunião não será nesta sala, mas na sala 1, e continuaremos a reunião não no final do Plenário, mas no final do debate quinzenal, apesar de estar agendado também o debate preparatório do Conselho Europeu.

Pedia aos Srs. Deputados que, concluído o debate quinzenal, voltassem aqui.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente. Não sei se teria passado... Tinha aqui uma proposta de melhoria, mas podemos ver na parte da tarde...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado João Vasconcelos fez uma interpelação à Mesa sobre uma questão de redação. Peço a vossa atenção.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Poderá ter passado, mas não tenho a certeza. É no ponto 7.B e o Bloco de Esquerda tinha uma proposta de melhoria dessa alínea.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas em que página do guião é que está?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — É difícil, porque recebi o guião há pouco...

O Sr. **Presidente**: — Pronto, então, à tarde começamos por essa questão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos, entrando naquela que, supostamente, será a reta final das votações, na especialidade, das propostas de alteração ao Relatório final desta Comissão de Inquérito.

Eram 17 horas e 21 minutos.

Segundo me recordo, e peço a anuência das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, iremos votar agora uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à alínea *p*), constante da página 38 do guião.

Pausa.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, a proposta que entretanto fez chegar à mesa refere-se a uma alteração à alínea *b*) do ponto 7 e ainda não chegámos aí. É uma sugestão prospetiva, ou seja, é para quando chegarmos lá já termos a proposta. Mas penso que é mais razoável prosseguirmos esta sequência e, obviamente, quando lá chegarmos, será considerada.

Estamos em condições de votar?

Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à alínea *p*), constante da página 39 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa).

Passamos agora a uma proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, da alínea *o*) do Relatório, constante da página 40.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João,

Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, propusemos a eliminação desta alínea o) do ponto 6 porque considerámos que a Polícia Judiciária Militar foi notificada e que o Ministro da Defesa Nacional teve conhecimento assim que levou o Diretor da Polícia Judiciária Militar ao encontro de Tancos, na visita que o Presidente da República fez aos Paióis Nacionais de Tancos. Não teria de ser o CEME a ser notificado porque o CEME não tem hierarquia sobre a PJM. A Polícia Judiciária Militar depende exclusivamente do Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora uma proposta de alteração, apresentada pelo CDS-PP, constante da página 41.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, ainda sobre a alínea o), penso que a Sr.^a Deputada Berta Cabral terá sido induzida em erro. Estamos aqui a falar da investigação. Não tendo o Exército tido conhecimento de que havia sido entregue a investigação à PJ, pois se o Exército tivesse sido informado oficialmente podia ter agilizado os procedimentos no âmbito da

mesma investigação e, portanto, teríamos o problema da entrada da PJ em Santa Margarida resolvido. É isto que está aqui. Não se trata de qualquer outra circunstância mas disto, designadamente da entrada em Unidades militares. É o que se diz aqui.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente à proposta de alteração, apresentada pelo CDS-PP e constante da página 41, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o CDS tomou devida nota de que foram ponderadas as suas propostas relativamente à alínea *q*) do Relatório, mas não conseguimos entender por que é que não foi inscrito também nesta alínea *q*) que o dia de que se está a falar é o dia da recuperação do material. Ou seja, ficou refletido que a Polícia Judiciária Militar informou erradamente o Governo de todo o material que tinha sido encontrado e no próprio dia foi corrigida essa informação, e esse dia é o dia 18 de outubro de 2017.

Com toda a franqueza, não percebo por que é que o Sr. Relator não aceitou incluir o dia 18 de outubro de 2017 no Relatório, o que, do ponto de vista da redação, ficaria muito mais escorreito.

Sr. Presidente, isto é mais um pedido de esclarecimento ao Sr. Relator do que a apresentação da nossa proposta, uma vez que, quanto à restante matéria, ela foi aceite. Por nós, deixaríamos cair a proposta, bastando o Sr. Relator incluir a data, que é de 18 de outubro de 2017. Não há nada extraordinário em que se escreva a data.

O Sr. **Presidente**: — É redundante, mas, se faz questão, parece que o Sr. Deputado Relator não suscita objeções. De facto, pelo que vemos ao

longo do Relatório, é óbvio que é dia 18. Mas se o Grupo Parlamentar do CDS suscita a questão e o Sr. Relator não objeta...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Nada a opor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, passando a estar incluído o dia 18 de outubro, evidentemente que o CDS deixa cair esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Está então incorporada a sugestão.

Passamos à página 42, à proposta de alteração à alínea w), se se mantiver, uma vez que há referência que terá sido ponderada no Relatório.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sim, foi ponderada no Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Então, está precludida a questão.

Segue-se a proposta de alteração, apresentada pelo CDS-PP, à alínea y), constante da mesma página 42.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o CDS considera que, nesta matéria, deve ficar claro que, para além do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro da Defesa Nacional se terem referido à recuperação de todo o material tendo como suporte o comunicado da PJM, essa declaração ocorreu apesar de o Ministro da Defesa Nacional ter recebido o telefonema da Procuradora-Geral da República no sentido de que a ação da PJM poderia resultar de uma averiguação de natureza disciplinar, de esse facto ter sido dito ao Primeiro-Ministro e de ter o Ministro da Defesa tomado

conhecimento — e presumimos que também o Sr. Primeiro-Ministro — de que faltavam as munições de 9 mm.

Portanto, declarou que todo o material tinha sido recuperado quando, na altura, já sabia que faltavam essas munições de 9 mm. Isto é puramente factual e entendemos que se deve contextualizar esta declaração porque, evidentemente, estas declarações, quer do Sr. Primeiro-Ministro, quer do Sr. Ministro da Defesa Nacional, foram feitas sabendo de tudo isto.

Procurar passar uma esponja sobre factos que eram do conhecimento do Governo naquela altura, não os incluindo neste momento no Relatório, em termos cronológicos, parece-nos errado e por isso mantemos a nossa proposta, evidentemente.

O Sr. **Presidente**: — Estamos em condições de votar esta proposta do CDS, relativa à alínea y), constante da página 42 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos agora à página 44, onde consta a proposta apresentada pelo CDS-PP que foi ponderada no Relatório. Pergunto se o CDS-PP mantém o propósito de manter à votação.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, está claro neste momento, perante os factos apurados pela Comissão, que houve uma discrepância entre a informação prestada de que seriam 44 LAW (*Light Anti-tank Weapon*), e que depois, quando se fez o inventário do material recuperado, se verificou que eram 124. De manhã foi referido que haveria disponibilidade para considerarmos se essa informação deve constar do Relatório, já que ela resulta de documentação entregue à Comissão e que está à sua disposição.

É um facto suficientemente relevante em relação ao que esteve em causa quando ocorreu este furto em Tancos que toda a informação prestada não correspondia àquilo que se veio a apurar que tinha sucedido.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de dar nota que aceitaremos a proposta do CDS exatamente nos termos em que o Sr. Deputado António Carlos Monteiro acabou de referir: «Apurou, pelos documentos recebidos na Comissão, que se terá registado uma significativa discrepância».

Efetivamente, em todas as audições, isto não se referiu, mas há um documento na posse da Comissão, uma ata da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), em que esta questão foi tratada.

Portanto, de duas, uma: ou seguimos o que tratámos nas audições, que é o que está no Relatório, ou seguimos aquilo que está no documento. Na nossa perspetiva, podemos seguir aquilo que está no documento. Não há qualquer problema nisso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, anui nesta inclusão?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, ficando clara a diferença em termos quantitativos e a matéria de facto que foi apurada, não se limitando a Comissão apenas aos depoimentos mas também tendo em conta a documentação recebida. A redação fica...

O Sr. **Presidente**: — Sim, é uma sugestão concreta de redação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... que, tendo em conta a documentação recebida na Comissão, se apurou uma discrepância significativa e, em vez de 44, os LAW furtados, afinal, foram 124.

O Sr. **Presidente**: — Certo. Não há dúvidas? O Sr. Deputado Relator anui e, portanto, a proposta está incorporada nesses termos.

Passamos agora à página 45, sendo certo que na coluna do guião referente ao constante no Relatório, se refere que a proposta foi ponderada, pelo que a questão que se coloca...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estando ponderada, uma vez que o critério usado na alínea anterior foi o de referir a documentação recebida, penso que faria sentido acrescentar também aqui «conforme a documentação.»

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado anui também neste caso, pelo que está também incorporada nos termos em que foi referido.

Ainda na mesma página, segue-se a proposta relativa à alínea *x*), apresentada pelo CDS-PP, que aparentemente está acolhida na alínea *w*), pelo que lhe pergunto...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, percebo a piada, se me permite usar a expressão, por parte do Sr. Deputado Ascenso Simões, mas no caso da proposta, apresentada pelo CDS, da alínea *x*) a questão é que nós tivemos o cuidado de reproduzir de forma textual, a informação relevante ao protesto da Polícia Judiciária, relativamente à atuação da Polícia Judiciária Militar.

Não nos parece curial tentar adocicar aquilo que se passou deixando de fora a expressão desse mesmo protesto e que neste momento se encontra na nossa proposta e que o Sr. Relator não incluiu no Relatório. Portanto, a menos que haja disponibilidade por parte do Relator para aceitar integralmente aquela que é a nossa proposta, teremos de a manter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Compreendo a posição do CDS, mas gostaria de pedir a ajuda do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, é que eu não consegui chegar à interpretação desta redação. Diz assim. «Apurou que a Polícia Judiciária, representada pelo Diretor-Nacional, expressou o desagrado pela atuação da PJM na reunião da....., fazendo notar que a PJ, numa avaliação de custo/benefício, a PJ relativamente à estratégia da investigação...».

Se me disser alguma coisa sobre isto eu talvez possa ponderar, agora se aprovarmos isto, toda a gente vai achar que estamos um bocadinho tontinhos. É só isto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Deputado Ascenso Simões, se é essa a questão nós retiramos a segunda vez em que surge «a PJ».

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, o problema é que nós estamos numa avaliação do Relatório elaborado pelo Relator. Ora, o Relator olhou para isto e deve ter pensado «Bem, vou fazer uma coisa direita», e fez uma coisa direita.

Portanto, se o Sr. Deputado agora quer fazer uma coisa torta que é andarmos a arranjar aqui redações alternativas à última da hora, não me parece um bom método, senão vamos refazer o Relatório todo, pelo que o melhor é passarmos à frente, se o CDS quer votar votamos e o problema fica resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, António Carlos Monteiro, muito telegraficamente, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas para resolver o problema do Sr. Deputado Ascenso Simões, e uma vez que esta matéria consta do mesmo documento, gostaria de dizer que o simples facto de nesta transcrição se ter repetido uma vez «a PJ» não é razão para tanta dificuldade em interpretar.

Irei dizer que a seguir a «custo/benefício», eliminar-se-ia a expressão «a PJ» e ficaria assim, é a nossa sugestão: «...fazendo notar que a PJ numa avaliação de custo/benefício relativamente à estratégia de investigação, em lugar de colocar em causa toda a estrutura militar estendida até ao poder político, optou pela manutenção da reserva e de sigilo, por forma a devolver a necessária tranquilidade que os fins da investigação e o apuramento dos factos exigem».

Esta é matéria documental e, no nosso entender, ficaria melhor no Relatório se o Relator assim o aceitar.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quer eu, quer a Sr.^a Deputada Berta Cabral sabemos o que são avaliações custo/benefício e esta não é decididamente uma avaliação custo/benefício. Portanto, pedia que se votasse.

O Sr. **Presidente**: — Há um pedido de votação, a menos que o Sr. Deputado Relator diga que incorpora a proposta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para ser claro, nós limitámo-nos a transcrever o protesto do Sr. Diretor da Polícia Judiciária. Não nos cabe a nós fazer essa avaliação de custo/benefício, mas que o protesto constou nesta declaração, que está em ata, constou e, por isso, considerámos que o mesmo deveria constar também do Relatório. Já percebemos que o Partido Socialista quer que seja o CDS a explicar a declaração do Sr. Diretor da Polícia Judiciária, mas não nos cabe a nós fazê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não tendo sido aceite esta sugestão pelo Sr. Deputado Relator, mantendo-se a que consta do Relatório, vamos passar à votação da proposta x), apresentada pelo CDS, constante da página 45 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor do Deputado do CDS-PP (António Carlos

Monteiro) e abstenções do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do BE (João Vasconcelos).

Passamos agora a uma proposta de aditamento de uma...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já foi votada!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, já está votada?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não tenho a certeza...

O Sr. **Presidente**: — Estão a referir-me que sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se me disserem a página...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Dizem-me os serviços que esta proposta já foi votada. Se precluir...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, sendo assim, retiramos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, está precluído.

Avançamos agora para a página 47 do guião de votações. O que está a verde, aparentemente, está considerado e absorvido no Relatório, o que acontece à proposta de alteração apresentada pelo PSD.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Houve a junção dos dois.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente. A proposta do PSD foi incorporada, no entanto também temos uma proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só tenho uma pergunta: o PSD deixou cair a sua proposta?

O Sr. **Presidente**: — O PSD considera que a sua proposta está incorporada na proposta do Relator que é, aliás, o significado da cor verde nos guiões de votação.

O proponente avalia se concorda ou não...

Ai, a sua impressão do guião não é a cores...

Risos.

Terei o cuidado de avisar a cor das propostas à medida que forem surgindo.

O PSD considera que a sua proposta foi incorporada no Relatório.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sendo assim, retiramos a nossa proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente**: — Certo, Sr. Deputado.

Temos, depois, uma proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP, relativamente à alínea *a*), nas páginas 47 e 48 do guião de votações.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas sublinhar a importância desta alteração, porque, obviamente, também é de matéria factual. Basta lembrar, Sr. Deputado Ascenso Simões, que também é membro da Comissão de Defesa, que o Sr. Ministro da Defesa Nacional omitiu à Assembleia da República, em sede de audição, na referida Comissão, que esteve reunido no dia 18 de outubro com o Diretor-Geral da PJM, e que foi, aliás, questionado especificamente sobre esta matéria.

Ocultou que tinha disponibilizado o seu Gabinete para prestar apoio técnico à redação do comunicado da PJM e que o seu Chefe de Gabinete também se tinha reunido com o Diretor-Geral e com o inspetor da PJM a 20 de outubro.

Das duas vezes em que a questão foi colocada, em dois momentos distintos, na Comissão de Defesa, e em que o Sr. Ministro da Defesa foi inquirido sobre estes factos, a opção do Sr. Ministro da Defesa foi a de ocultar o que tinha efetivamente acontecido aos Deputados dessa Comissão.

Portanto, para nós, é significativo que isso tenha assim sucedido, é gerador de responsabilidade política do Sr. Ministro da Defesa que responde, tal como o Governo, no seu todo, perante a Assembleia da República. Quem escolhe esconder estes factos e, dessa forma, ocultar o que efetivamente sucedeu...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, estamos na votação...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Depois, apurando-se esses factos na Comissão de Inquérito, obviamente que tem de constar essa discrepância no Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, recordava-o apenas que, por alguma razão, decidimos, em reunião de Mesa e Coordenadores, atribuir os 10 minutos aos Srs. Deputados, distinguindo-os da votação! Era precisamente para que as considerações se quedassem nesses 10 minutos.

Nesta fase da votação estamos apenas a prestar esclarecimentos, se eles forem solicitados ou se se achar que é necessário fazê-lo. Pedia-lhe...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Queria explicar.

O Sr. **Presidente**: — Podia tê-lo feito num minuto, escolheu fazê-lo em mais tempo. Pedia-lhe que não o repetisse.

Vamos, então, votar esta proposta de alteração da alínea *a*), apresentada pelo CDS, e que consta da p. 47.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

A proposta seguinte, do CDS-PP, foi considerada, não sendo necessário votá-la.

Passamos às páginas 48, 49 e 50 e à proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, também tínhamos onde o PSD propõe a eliminação da alínea *b*) uma proposta de melhoria de redação, como já tinha referido.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, de manhã, antes da interrupção dos trabalhos e devido ao cansaço que já na altura se verificava, decidimos que essa sugestão seria formalizada durante a tarde.

Portanto, o Bloco de Esquerda sugere em vez da eliminação do artigo 7.b, fazer outra redação onde ficará: «Apurou que havendo a orientação por parte da tutela em priorizar os investimentos na componente operacional em detrimento da componente fixa, o que se refletiu na degradação dos PNT, o poder político, particularmente na Reforma 2020, determinou as opções do Exército e colaborou para a situação que se verificou em Tancos».

Esta é a proposta do Bloco de Esquerda...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nós aceitamos a proposta para votação. Vamos votar.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — É para votar?

O Sr. **Presidente**: — Sim. Vamos votá-la.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Importa-se de repetir, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Posso repetir: a alínea *b*) passará a ler-se, se a proposta do Bloco for aprovada, em vez de se eliminar...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Mas ela não está no guião de votações!

O Sr. **Presidente**: — Não, não, foi uma sugestão feita pelo Deputado João Vasconcelos. Tinha de ser aceite. É uma sugestão de redação. Se não for aceite não é posta a votação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só não estou a entender, Sr. Presidente, se me permite, o procedimento.

Havia uma proposta inicial de eliminação que foi aceite. O que estaremos a votar agora é exatamente o quê? Uma vez que o Sr. Presidente já estava a passar para a proposta do CDS que iria substituir a alínea em causa, está a apresentar outra redação?

O Sr. **Presidente**: — Outra redação proposta pelo Bloco ...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Do quê?

O Sr. **Presidente**: — Da alínea *b*) do n.º 7.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Que entretanto foi eliminada por decisão do Relator.

O Sr. **Presidente**: — Que entretanto foi eliminada!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, quer recuperá-la? Quer reprivatizar o que estava?

O Sr. **Presidente**: — Sim, é a proposta do Bloco, mas tem de ser aceite, como é óbvio. Ela só será considerada se for aceite, como é óbvio.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Srs. Deputados, vamos ter de fazer duas votações: uma para aceitar a proposta e outra para a aprovar.

O Sr. **Presidente**: — Ela só é considerada se for aceite. Foi essa a manifestação...

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se opõe a que ela seja votada, o que não quer dizer que a vote!

Protestos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, eu percebo. Ela não está no guião, o que há é uma sugestão do Bloco de Esquerda, que acha que a redação melhora com isto, mas só será considerada se for admitida à votação. Não estamos a votar imediatamente a proposta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só estou a perceber a pertinência da proposta, tentando recuperar aquilo que era a anterior proposta 7 b),...

O Sr. **Presidente**: — Certo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... que, salvo erro, dizia o seguinte: «Apurou que, desse reporte, resultou um extenso documento *Tancos — factos e documentos*, onde, em pormenor, se deu conta das medidas estruturais adotadas». É isto?

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Bloco propõe uma nova redação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a questão é a seguinte: na alínea 7 *a*), passou a incorporar-se o que estava na 7 *b*), eliminando-se por isso o que estava na 7 *b*), e agora, pela porta do cavalo — perdoem-me a expressão! —, ou pela janela, está-se a fazer outra alteração que não estava sequer no guião!

Portanto, no entender do CDS, está-se a querer fazer entrar pela janela uma coisa que não é uma alteração à anterior alínea *b*); será, quando muito, um aditamento que poderá, ou não, ter a alínea *b*), mas que não é uma repristinação do que estava previsto na alínea *b*) porque essa, neste momento, está incorporada na alínea *a*), tendo sido eliminada — e bem! — porque seria redundante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, a proposta do Bloco de Esquerda é de que haja uma formulação diferente para a alínea *b*), com uma nova orientação na redação, se for aceite pela Comissão. Mas se for uma nova alínea, também está tudo bem, não discuto isso.

O Sr. **Presidente**: — A proposta do Bloco de Esquerda é a de que, em vez da sua eliminação, a alínea *b*) passe a constar, mas, depois disso aprovado, terá de ter uma seriação, como é óbvio.

Passo a ler a alínea proposta pelo BE: «Apurou que, havendo a orientação por parte da tutela em priorizar os investimentos na componente

operacional em detrimento da componente fixa, o que se refletiu na degradação dos PNT, o poder político, particularmente na Reforma 2020, determinou as opções do Exército e colaborou para a situação que se verificou em Tancos».

Há alguma objeção a que esta proposta seja votada?

Pausa.

Não havendo objeções, procedemos agora à votação da mesma.

Vozes impercetíveis.

Já tinha colocado a questão, ou seja, vamos agora votar a admissão da nova redação proposta pelo Bloco de Esquerda.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Sendo admitida, será então votada a proposta do Bloco de Esquerda. Mas o Sr. Deputado António Carlos Monteiro colocou, com alguma pertinência, a questão da prioridade da votação, porque há uma proposta do CDS que seria votada antes da proposta do Bloco de Esquerda...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É melhor votar primeiro a do CDS e depois a do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Votamos primeiro a do CDS e, depois, votaremos esta proposta agora admitida, porque, de facto, a proposta do CDS entrou primeiro na Mesa, inequivocamente.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra para intervir sobre a proposta do CDS, que consta na página...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a proposta está nas páginas 48, 49 e 50 e serei muito breve na minha intervenção.

É factual e consta do depoimento que houve interferência política por parte do Sr. Ministro da Defesa a propósito do caso do Colégio Militar e que essa interferência política levou à demissão do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos Jerónimo. Para nós, isso ficou absolutamente comprovado na Comissão de Inquérito e consideramos que deve constar deste Relatório. O facto de não constar...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Voto...

Orador não identificado: — Ainda não votámos.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Ainda não votámos?

Vozes impercetíveis.

O Sr. **Presidente**: — Estou a perguntar se estamos em condições de votar esta proposta do CDS.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente,...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, votámos a admissão e eu quero fazer uma declaração de voto sobre isso!

O Sr. **Presidente**: — Ah, então não é esta votação! A Sr.^a Deputada Berta Cabral quer fazer uma declaração de voto sobre a votação anterior em que o PSD votou contra a admissão desta proposta.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, entendemos que, no meio de cento e tal alterações, se a Comissão aceitasse todas as propostas que os partidos entendessem apresentar em cima das votações, isto era absolutamente inexequível. Portanto, na minha opinião, não deve haver exceções.

Houve um prazo para entrega das propostas de alteração e das propostas de aditamento. Esse prazo foi respeitado por todos os partidos e, em nossa opinião, não deveria haver nenhuma hipótese de se aceitarem propostas de alteração em cima do acontecimento. Caso contrário, isto poderia tornar-se um processo absolutamente ingerível.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, foi precisamente por isso que a Mesa submeteu a proposta à apreciação da Comissão e a votação teve aquele resultado.

O Sr. Deputado Ascenso Simões tinha, entretanto, pedido a palavra para que efeito?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Em relação à alínea *b*), Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, em relação à questão que vamos votar. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, a posição do Partido Socialista é clara. Da mesma forma que votou, na alínea anterior, relativamente ao Colégio Militar, aqui iremos ter o mesmo sentido de voto.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, então, em condições de votar a alínea *b*) proposta pelo CDS-PP, constante nas páginas 48, 49 e 50.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e a abstenção do Deputado do BE (João Vasconcelos).

Agora sim, vamos votar a proposta do Bloco de Esquerda para a alínea *b*), nos termos em que foi referido.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos,

Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD vota contra esta proposta do Bloco de Esquerda por várias razões. A primeira é porque é extemporânea, tal como já tive oportunidade de referir.

Segundo, porque ficou apurado nesta Comissão que o poder político nunca teve conhecimento, até 2016, do estado de degradação dos Paióis Nacionais de Tancos. Isso ficou provado e levou, inclusivamente, a que se prescindisse de várias audições nesta Comissão.

O que o Bloco de Esquerda tenta agora, com esta proposta enviesada é imputar ao poder político responsabilidades nas prioridades do investimento, mas isso não é verdade, porque foi apurado nesta Comissão que não havia nenhuma responsabilidade política nos investimentos ou nos não investimentos nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, queria contrariar o que disse a Sr.^a Deputada Berta Cabral. Tivemos aqui, precisamente, as audições do General Carlos Jerónimo e do General Serafino onde foi referido, taxativamente, que a prioridade era a componente operacional.

Os investimentos eram feitos na componente operacional, ficando naturalmente prejudicada a componente fixa! E também foi dito aqui que as responsabilidades eram militares mas também políticas. Portanto, somos

fiéis àquilo que efetivamente foi dito nesta Comissão de Inquérito por dois generais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É sobre este ponto, Sr. Presidente, apenas para dizer que ouvi aquilo que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado e gostaria de sublinhar a seguinte diferença: os Srs. Oficiais Generais disseram que eram eles que assumiam a responsabilidade de que tinha sido o Exército e não o poder político. Deixo apenas esta nota, que acho ser relevante.

Neste momento, com aquilo que já está aprovado, o Relatório está a apontar nesse mesmo sentido, ou seja, no sentido de que há responsabilidades nas opções que foram tomadas pelos militares. Passar daquilo que foi a assunção de responsabilidades dos tenentes-generais dizendo que, face à escassez de meios, eles optaram por privilegiar uma em vez da outra é um salto difícil de fazer, na nossa opinião.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, nesta fase da votação, a Mesa permite declarações de voto, mas considerações...

Passamos à página 50, em que há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda à alínea *c*), que aparentemente está considerada, e há uma redação muito similar por parte do PSD...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não é similar...

O Sr. **Presidente**: — Não. Tem razão, é uma dupla negativa, exatamente. É uma dupla negativa. Mas há uma proposta de eliminação do CDS-PP.

Portanto, pela ordem sequencial, não sei se o Bloco de Esquerda considera que a sua proposta está absorvida pelo Relatório, uma vez que há a referência de ter sido elaborado por ponderação da proposta do Bloco de Esquerda. Perguntava, então, ao Sr. Deputado João Vasconcelos se considera que, na página 50, o Sr. Relator redigiu com base...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, está aceite.

O Sr. **Presidente**: — Considera-se, portanto, absorvida a proposta do Bloco de Esquerda e, por esse facto, está precludida.

Temos uma proposta do CDS-PP que é de eliminação dessa alínea. Se calhar, votava-se primeiro...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sim!

O Sr. **Presidente**: — Porque se for eliminada, não há alterações...

É uma questão lógica, porque se vamos alterá-la e a seguir ela for eliminada...

Portanto, votamos agora a proposta do CDS-PP de eliminação da alínea c).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor do Deputado do

CDS-PP (António Carlos Monteiro) e abstenções dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa).

Vamos agora votar a proposta de alteração do PSD à alínea *c*), constante na página 50.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco,), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos agora à página 51, para apreciação de uma proposta de alteração da alínea *c*), do CDS.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, mais uma vez, é matéria absolutamente factual e não percebemos porque é que o Sr. Relator não aceitou incluí-la no Relatório. Ou seja, apurou-se que não foi realizado qualquer processo de averiguações relativamente à fuga de informação da lista de material furtado e respetiva divulgação na comunicação social. Isso é factual.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Relator, tem alguma questão?

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Não estou a ver de onde é que se retira esta afirmação. Não é um facto, é uma conclusão e, tal como disse esta manhã, entendo que o Relatório deve ter factos e não conclusões.

Protestos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

Não, mas tem de ter um suporte de facto, não é? E não estou a ver onde é que há o suporte de facto para se retirar esta conclusão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, a questão das votações do guião...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que, se é uma questão factual e se o Sr. Deputado Relator considera que foi determinado pelo Ministério da Defesa Nacional um processo de averiguações, relativamente à fuga da lista de material furtado e consequente divulgação na comunicação social e, portanto, se está convencido do contrário — e estamos a falar de factos —, então ponha aqui, pela positiva, o facto que, efetivamente, ocorreu.

Foi determinado? Foi realizada alguma ação em relação à publicação na comunicação social desta listagem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não foi. Portanto, isto não é uma conclusão, isto é um facto. É um facto negativo, é certo. E até para se fazer o contraponto — como o Sr. Deputado sabe, e bem —, caberia ao Sr. Deputado fazer a prova do facto positivo. E não o fez.

O Sr. **Presidente**: — Estamos em condições de votar a proposta de eliminação apresentada pelo CDS, na página 51, alínea c).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, José Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Temos, agora, uma proposta do PSD, ainda na página 51, mas, mantendo a mesma lógica, uma vez que há uma proposta de eliminação do CDS...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só para que fique claro e para que não haja nenhuma confusão na votação: aquilo que o CDS fez, em relação a algumas das propostas do Relatório que, para nós, consubstanciam um branqueamento das responsabilidades, foi propor a sua eliminação.

Percebemos que o Partido Social Democrata tentou, em algumas das propostas, polir esse mesmo branqueamento e minorar. O CDS apresenta são propostas de eliminação e votará a favor da eliminação.

Uma vez que a proposta do PSD procura polir o branqueamento, nós, entre duas más soluções, preferimos a menos má.

Não deixaria, no entanto, de perguntar ao Sr. Deputado Relator se, para ele, esta também não é uma conclusão. É que fez essa crítica em relação à proposta anterior do CDS, mas essa crítica também poderia, então, ser feita em relação à sua proposta, Sr. Deputado Relator.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não se refere a esta alínea que estamos a tratar. Mas, numa alínea anterior, em que houve votação, fiquei com uma dúvida.

Desculpe voltar atrás, mas, quanto à proposta de alteração do CDS, alínea *b*), nas páginas 48 e 49 do guião, qual foi o resultado da votação?

O Sr. **Presidente**: — A proposta foi rejeitada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Foi rejeitada. Obrigado. Tinha entendido o contrário.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, estamos agora na página 51, certo?

Temos a proposta de eliminação, apresentada pelo CDS, relativa à alínea *d*) do Relatório, que também mereceu uma proposta de alteração do PSD.

Logicamente, começamos por votar a proposta de eliminação, apresentada pelo CDS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor do Deputado do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Foi, obviamente, eliminada a eliminação.

Há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não, ela foi ponderada.

O Sr. **Presidente**: — Foi ponderada. Há uma diferença: «tentou informar» e «tentou implicar». É isso?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Aliás, a proposta do relatório é ainda mais penalizadora.

O Sr. **Presidente**: — Aparentemente é mais penalizadora.

O PSD mantém a proposta, ou considera que foi ponderada?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Com todo o direito, foi integrada.

O Sr. **Presidente**: — Considera integrada, logo está precluída.

Passamos, assim, à página 52, alínea *d*), uma proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, também é uma matéria em relação à qual não conseguimos compreender por que razão não consta do relatório.

O facto é que o Sr. Ministro da Defesa Nacional, na altura, entre os dias 18 de outubro de 2017 e 3 de outubro de 2018, não determinou nenhuma medida, nenhum processo de auditoria à ação da PJM. Só o fez na sequência da detenção do Diretor da PJM e, subsequentemente, do Sr. Inspetor Major Vasco Brazão.

Não percebemos como é que isto pode ser apagado do Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de votar a proposta, apresentada pelo CDS, constante da página 52 do nosso guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

A proposta de alteração da alínea *e*) do PSD aparentemente está integrada, mas o CDS apresentou outra.

Por ordem de apresentação seria primeiro a do PSD e a seguir a do CDS, mas, assim sendo, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para que fique claro que o CDS estranha muito que não se encontre vertido e aceite pelo Sr. Relator aquilo que, neste momento, é matéria absolutamente factual e apurada, face aos documentos que estão ao dispor da Comissão. Estamos a falar designadamente do memorando que foi entregue.

Nesse memorando era claro que já havia indícios da atuação ilegal da PJM, e por essa razão é que o mesmo foi entregue. Descrevia-se com suficiente pormenor a encenação, falava-se na existência de um acordo, de contrato entre a PJM, o informador e os assaltantes e, portanto, não percebemos porque é que essa matéria, que está, preto no branco, no

documento que, neste momento, está ao dispor da Comissão, não consta do Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é só para perguntar se este memorando consta ou não do acervo dos documentos anexos ao próprio Relatório.

É que, se consta do próprio Relatório, cada um fará a leitura que entender dos factos que lá estão.

Portanto, esta proposta não faz sentido, na medida em que o documento está em anexo. Uma remissão ao que diz o documento ou uma leitura do documento, na nossa opinião, não faz sentido.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, como a proposta de alteração do PSD se considera incorporada no Relatório, estamos em condições de votar a proposta do CDS, alínea e), constante da página 52 do nosso guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor do Deputado do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e abstenções dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa).

Passamos à página 53, há uma proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, de uma alínea f), que já tinha sido eliminada.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de votar a proposta de apresentada pelo PSD, que, se for aprovada, deixa de estar eliminada e volta a ter uma redação.

Pausa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, era apenas para dizer que a proposta do PSD é igual ao conteúdo da nossa anterior proposta.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Berta Cabral pede a palavra.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, faço uma pequena justificação de apresentação desta proposta. Ela complementa, exatamente, a proposta da alínea anterior, o que, em conjunto, não fica, de facto, muito diferente daquilo que era proposto pelo CDS-PP.

Uma vez que tínhamos as nossas propostas, abstivemo-nos na votação da proposta anterior.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos, então, em condições de votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, constante da página 53 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos,

Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos, agora, à página 54, alínea *f*), proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, mais uma vez, é matéria puramente factual e que resulta do depoimento da ex-Procuradora-Geral da República que disse que deu nota, via contacto telefónico, ao Sr. Ministro da Defesa Nacional do que tinha sucedido relativamente à PJM e à conduta do ex-Diretor da PJM. Disse que fez o protesto devido e que o Sr. ex-Ministro da Defesa Nacional tomou boa nota desse protesto, declarando que ia ter isso em atenção, sem ter daí resultado qualquer ação inspetiva. É factualmente verdadeiro.

Também não percebemos por que razão é que o Sr. Deputado Relator não aceitou transcrever aquilo que, efetivamente, se passou. E, por isso mesmo, mantemos a nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, esta proposta já está em três alíneas já votadas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não está a conclusão!

O Sr. **Presidente**: — Bom, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de votar a proposta de alteração, alínea f), na página 54, apresentada pelo CDS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Temos, agora, uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, relativa à alínea g), nas páginas 54 e 55, alínea essa que foi eliminada por proposta do BE. Como o PSD apresentou uma proposta de alteração, sendo aprovada, deixa de estar eliminada e passa a ter uma nova redação.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José Matos Rosa e Leonel Costa).

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de justificar o meu sentido de voto. É que a proposta do PSD diz que «Apurou que, dos depoimentos recolhidos, não foi possível concluir que...».

É nesse sentido que não acrescenta, porque apurámos que não concluímos. É uma redundância.

O Sr. **Presidente**: — Pede-me a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, seguindo também este raciocínio, com a dupla negativa, faz mais sentido a proposta de eliminação que o CDS fez, relativamente a esta matéria, do que manter esta redação ou incluir uma redação com uma dupla negativa, que se limitaria a constatar aquilo que a Comissão não conseguiu fazer, em vez de a eliminar, pura e simplesmente, do Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Ainda na página 55, temos uma proposta de alteração à alínea g), apresentada pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para confirmar que esta matéria é, mais uma vez, matéria factual.

Apesar de o Ministro da Defesa Nacional ter tomado conhecimento das eventuais ilegalidades da PJM no âmbito da recuperação do material, através da Procuradora-Geral da República, esses factos não lhe mereceram nenhuma ponderação acrescida e, apesar disso, concedeu a medalha da Defesa Nacional a um dos elementos que estava a investigar e que teve intervenção direta na recuperação do material.

Ou seja, premiou-se o infrator, apesar do aviso da Procuradora-Geral da República. Este é um facto relevante que, mais uma vez, demonstra a estratégia de branqueamento que o Governo teve em relação à questão de Tancos.

O Sr. Deputado Relator, mais uma vez, optou por ocultar e lavar mais esta conclusão que, para nós, é muito importante.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Ascenso Simões também me pede a palavra.

Antes de lhe dar a palavra, pedia, uma vez mais, ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro que o CDS se contivesse, como com os demais grupos parlamentares, quando pede a palavra para prestar esclarecimentos sobre as votações, e se abstivesse de tecer considerandos sobre a intervenção dos demais. É precisamente por isso que voltará a ter um período destinado às considerações que bem entender, no final destas votações.

Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de recordar aos Srs. Deputados que nós votámos uma alínea que tinha a palavra «secundarizou» exatamente sobre a matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, faça favor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Queria apenas dizer que, da leitura dos documentos, ficou claro que o procedimento habitual para a atribuição das medalhas e a forma como o poder político gere esse mesmo processo, ou melhor, não gere, pois é por recomendações...

Portanto, não faz sentido a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de votar a alínea g) constante da página 55 do guião, apresentada pelo CDS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Aparentemente, a sugestão do PSD foi parcialmente acolhida pelo Sr. Deputado Relator, mas temos uma proposta de eliminação do CDS. O CDS mantém a sua proposta de eliminação?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Retira, então.

Assim sendo, se o PSD reconhecer a incorporação que, aparentemente, se verifica, passamos à frente.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Queria apenas dizer que, efetivamente, considerámos pertinente esta parte final, porque isso foi dito aqui taxativamente pela Procuradora-Geral da República. Ela disse aqui, e todos os presentes ouviram, que telefonou ao Ministro da Defesa Nacional e que este disse que ia levantar a questão e falar com o Diretor da Polícia Judiciária Militar, mas que, se a Procuradora assim o entendesse, que fizesse chegar um documento sobre essa matéria para ser acionado.

A Procuradora-Geral chegou a pedir ao inspetor que tinha o processo que lhe fizesse um memorando, que foi feito, mas que não chegou a enviar ao Ministro da Defesa Nacional, porque, entretanto, houve a detenção de vários militares e um processo-crime. Foi público e notório!

Portanto, quando dizemos que não resultou a solicitação porque avançou como processo-crime é relevante. Na vossa proposta, diz-se que não resultou a solicitação do procedimento disciplinar nem veio, mais tarde, a resultar qualquer comunicação da PGR, ainda que informal, sobre a abertura de um qualquer inquérito-crime. Os militares foram detidos, foi público! Portanto, não releva que tenha sido formal ou informalmente comunicado ao Primeiro-Ministro, mas releva que, de facto, não mandou o documento porque houve um novo inquérito aberto sobre esta questão do achamento.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, o PSD, não se revendo na redação do Relatório, deixa-nos em condições de votar.

Vamos votar a alínea *h*), uma proposta de alteração do PSD, que consta da página 56.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos à página 57 e à proposta de alteração do CDS, alínea *h*). Pergunto se estamos em condições de a votar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que esta alínea resulta do tratamento sucessivo da informação que tivemos, em que se verificou que o Sr. Primeiro-Ministro foi informado pelo Ministro da Defesa Nacional do que a Sr.^a Procuradora-Geral lhe disse, o que resulta das respostas quer do Sr. Primeiro-Ministro, quer do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Mais uma vez, não compreendemos por que razão o Relator não o inclui no Relatório, a não ser pelo denodado esforço em branquear as responsabilidades do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, nós não lemos o mesmo relatório. Isto está dito longamente quer na parte introdutória, quer em alíneas já votadas anteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, então, em condições de votar a proposta do CDS, constante da página 57, alínea *h*).

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Ainda na página 57, temos uma proposta de aditamento, do Bloco de Esquerda, de uma nova alínea a seguir à alínea *h*).

Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda mantém a alínea.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas queria dizer que não consigo perceber a coerência do Bloco de Esquerda, porque vota contra as propostas do CDS...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, pedia-lhe que se ativesse ao momento das votações nesta Comissão de Inquérito. A menos que tenha um esclarecimento a dar, não pode tecer considerandos sobre a coerência ou incoerência dos proponentes.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, posso fazê-lo sob a forma de pedido de esclarecimento: por que razão o Bloco de Esquerda votou contra o que o CDS propôs exatamente no mesmo sentido e agora vem propor o mesmo?

O Sr. **Presidente**: — Estamos em condições de votar, então. Vamos votar, na página 57, a proposta de aditamento do Bloco de Esquerda de uma nova alínea *h*).

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do

Deputado do BE (João Vasconcelos) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro), votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) e a abstenção do Deputado do PCP (Jorge Machado).

Temos, agora, para votar uma proposta de alteração do PSD, da alínea i). Pergunto se estamos em condições de votar essa proposta.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Consideramos que, efetivamente, isto já foi tratado em alíneas anteriores e, por isso, retiramos a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, está então precluída a proposta.
Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, relativamente à votação anterior gostaria que identificasse quantos votos a favor e quantos votos contra foram confirmados, porque acho que houve um empate. Estão sete Deputados do PSD e estão sete Deputados do PS.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A Deputada Joana Barata Lopes está cá, só se ausentou por momentos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Verdadeiramente não estava. Portanto, o problema está resolvido. Não sei se a Sr.^a Deputada foi embora ou não.

Vozes do PSD: — Não! Não!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Srs. Deputados, calma! O problema está resolvido. Não há problema nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Foi aprovado, Sr. Deputado. Com oito votos a favor e sete votos contra.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, então, continuar. O PSD considera precluída a sua proposta de alteração que consta da página 58 do guião de votações.

Passamos, então, a uma proposta de alteração do CDS-PP, que está nas páginas 58 e 59 sobre uma alínea *i*). Estamos em condições de votar esta proposta?

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas explicar a proposta, pois tem a ver com o funcionamento da UCAT e com o facto de a Sr.^a Secretária-Geral depender diretamente do Sr. Primeiro-Ministro. É este o voto de que falávamos ainda há pouco.

O relato do que aconteceu nas reuniões da UCAT é suficientemente evidente e o Sr. Primeiro-Ministro poderia ter acesso, deveria ter tido acesso e deveria ter assegurado que se informava sobre o que se passou. Não me vou alongar mais sobre esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Creio que estamos em condições de votar a proposta do CDS-PP. Vamos votar a proposta do CDS, a alínea *i*), que está nas páginas 58 e 59.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João

Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos, agora, à página 60 do guião e a uma proposta de alteração do CDS-PP, alínea j). Vamos votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos, assim, à proposta de alteração do CDS-PP, a alínea k) da página 61. Estamos em condições de votar esta alínea?

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas queria que ficasse claro que, sabendo que as munições de 9 mm não tinham sido recuperadas, o Sr. Primeiro-Ministro disse publicamente ao País que, por ação da PJM, tinha sido recuperado todo o material desaparecido. Obviamente, o facto de isto ser ocultado no Relatório, para nós, é inaceitável.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, tem a palavra.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, queria que ficasse registado que o CDS não leu as respostas do Sr. Primeiro-Ministro à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Estamos em condições de proceder à votação da proposta da alínea *k*) do CDS, nas páginas 61 e 62.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

De seguida, passamos à proposta do CDS-PP, na página 62, alínea *l*).

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, esta é matéria puramente factual e foi aqui dito quer pelo ex-Ministro Azeredo Lopes, quer pelo novo Ministro João Gomes Cravinho, isto é, que não lhe foi passada a pasta relativamente a Tancos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, se estivesse aqui o Sr. Deputado Telmo Correia, que já foi Ministro, saberia como se faz a transição de pastas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de votar a proposta do CDS, alínea *l*), na página 62.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Na mesma página e na página 63, vamos votar a alínea *m*), uma proposta do CDS.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito brevemente quero dizer que, na política, não pode valer tudo.

Se o Sr. Primeiro-Ministro utiliza como argumento, num debate quinzenal, o facto de obter o documento que, neste momento, a Comissão já tem — o memorando — dizendo que seria um crime de violação do segredo de justiça e, a seguir, dá instruções ou autoriza o seu gabinete a obter esse mesmo documento, então acho que isto deve também constar do Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Estamos agora em condições de votar esta proposta de uma alínea *m*), apresentada pelo CDS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João,

Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Seguidamente, passamos à página 63, onde estão três propostas de alteração, embora numeradas de modo diverso. Vamos votá-las sequencialmente.

Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Bloco de Esquerda aceita a sugestão do Relator.

O Sr. **Presidente**: — O Bloco de Esquerda considera que está precluída por se rever na proposta do Sr. Deputado Relator.

Se mais ninguém o fizer, teremos de votar. Assim, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, a alínea *l*), na página 63.

Pausa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer uma breve apresentação da proposta.

Efetivamente, não podemos concluir que o Sr. Primeiro-Ministro só teve conhecimento no dia 12. Podemos concluir que, de acordo com as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, ele só teve conhecimento no dia 12. Não temos elementos de prova para poder afirmar o que está no Relatório.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, estamos a inverter todo o sistema que a Constituição consagra. O que o PSD quer trazer aqui é que é o Sr. Primeiro-Ministro que tem de provar alguma coisa. Os Srs. Deputados é que tinham de provar alguma coisa, não é o Sr. Primeiro-Ministro que tem de provar o que quer que seja!

Então, agora, há um assalto ao Banco de Portugal e todos os portugueses podem ser incriminados no assalto?! Não! O Estado, através das entidades responsáveis pela investigação e pelo sistema judicial, é que tem de provar que essa pessoa assaltou o Banco de Portugal.

Vamos lá a ver: estamos a inverter todo o processo e toda a lógica de pensamento. Isso não pode ser, não é aceitável, nem é suportável em nenhum dos regimes em que vivemos!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas para fazer duas constatações: a primeira é que este tipo de argumento do Sr. Deputado Ascenso Simões só vale para as propostas dos outros; para as do Relator ou para as do PS não vale!

Aliás, ainda há pouco tivemos uma discussão sobre a questão de um facto negativo e o Sr. Relator inscreve no Relatório que não aceita inscrever um facto negativo quando nem sequer tem um facto positivo para...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas aqui temos um facto positivo. É a resposta do Primeiro-Ministro!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Deputado Ascenso Simões, aquilo que temos é duplicidade de argumentos.

E também lhe digo mais: se olhar para proposta de CDS — e já agora falo sobre ela — aquilo que temos é que o Sr. Primeiro-Ministro, à comunicação social, no dia 25 de outubro, diz que não tinha o documento, ninguém lho tinha dado e nunca o tinha lido, quando já o tinha desde dia 12. E na resposta à Comissão o que é que ele vem dizer?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Diga lá!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Que omitiu isso na resposta aos jornalistas e que, quando estava a fazer aquela declaração, o que estava era a falar no passado, quando isso não é verdade e não está em nenhuma declaração à comunicação social.

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

Objetivamente, o que temos é uma argumentação absolutamente sofista, em que os senhores são capazes de dizer tudo e o seu contrário e depois tentarem «passar entre os pingos da chuva» para que uma falsidade passe a ser verdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. António Carlos Monteiro,...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro faltou à verdade ao País e os senhores querem ocultar isso do Relatório.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu vou dar licença...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, não posso aceitar que, depois de termos tido a paciência de Jó para ouvirmos aqui intervenções sucessivas do Sr. Deputado António Carlos Monteiro ao arrepio daquilo que foi a decisão dos coordenadores dos grupos parlamentares, o Sr. Deputado termine fazendo uma declaração de intenção relativamente às declarações do Sr. Primeiro-Ministro! É absolutamente inaceitável! É lamentável e é até, pela história do CDS, repugnante!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pretende usar da palavra para que efeito?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Para um protesto, Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a razão do meu protesto é que, evidentemente, o Sr. Deputado Ascenso Simões

poderá fazer as declarações que entender e eu tenho o direito de fazer as declarações que eu entender.

Protestos do Deputado do PS Ascenso Simões.

Agora, há uma coisa que o Sr. Deputado Ascenso Simões não tem o direito de fazer, que é qualificar as minhas declarações com as palavras que utilizou, porque isso lhe fica mal, mais uma vez.

O Sr. Deputado Ascenso Simões vive numa sucessão de excessos de linguagem, de que sei bem — até porque tenho estima pessoal por si — que depois se arrepende. Portanto, Sr. Deputado, deixe os excessos de linguagem como aquele que acabou agora mesmo de utilizar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de votar ...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nunca me arrependi daquilo que disse do Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, não lhe tinha dado a palavra.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente às propostas da página 63, tendo o Sr. Deputado João Vasconcelos referido que se encontra refletido no Relatório a proposta do BE, ela não será votada, e, sequencialmente, terão de ser votadas as propostas de alteração, apresentadas pelo PSD e pelo CDS, pela ordem que deram entrada.

Vamos, portanto, votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, constante da página 63 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Votamos agora a proposta de alteração à alínea n), apresentada pelo CDS-PP, também constante da página 63.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Na página 64, temos uma proposta de alteração à alínea h) do Relatório, que será a alínea m) na proposta de alteração apresentada pelo PSD, a qual, não tendo sido retirada, será votada.

Vamos votar a alínea m), apresentada pelo PSD, constante da página 64.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do

PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Temos agora a alínea o), apresentada pelo CDS-PP, constante das páginas 64 e 65 do guião. Vamos votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Srs. Deputados, concluímos o capítulo referente às Conclusões.

Temos agora de votar as propostas relativas ao capítulo Recomendações.

O Sr. Relator incluiu as propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, referentes às alíneas a), b) e d) e, portanto, passamos à página 2, alínea c), também apresentada pelo PSD.

Vamos votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos,

Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, relativamente ao n.º 1 das Recomendações, queria manifestar alguma reserva por parte do Grupo Parlamentar do PCP quanto à recomendação da presença das Forças Armadas nas reuniões da UCAT.

Sei que, nesse aspeto, PS e PSD estão de acordo, não houve nenhuma proposta de alteração, mas queríamos sinalizar que uma maior e mais eficaz articulação entre o universo militar e das forças de segurança interna faz sentido, mas uma presença forçosa das Forças Armadas nas reuniões da UCAT parece-nos desproporcional. Porém, não havendo uma alternativa que nos permita responder, mantivemos o sentido de voto favorável relativamente a esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Permitir-me-ia sugerir aos grupos parlamentares que as declarações de voto que não prejudiquem votações subsequentes possam ser feitas no final.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Ou por secção.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo. Por secção.

Vamos votar agora, nos mesmos termos, a proposta de alteração ao n.º 1, apresentada pelo PSD, constante da página 3. No Relatório é o ponto 2.

É a primeira que não foi acolhida e que começa dizendo que «o Parlamento recomenda que o Governo dê as condições...». Tem uma ligeira alteração de redação mas é suficiente para o grupo parlamentar querer...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Acho que não é difícil tentar conciliar as redações porque quem atribui os meios é o Governo, quer se queira quer não. Portanto, dizer-se no indefinido quem é que atribui... Não caem do céu!

Dizer que «o Parlamento recomenda que o Governo dê as condições» ou dizer que «o Parlamento recomenda que sejam concedidas condições»...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Relator aceita esta sugestão. De facto, é uma questão de redação.

Na página 4 temos uma proposta de eliminação, apresentada pelo PSD.

Estamos na primeira proposta de alteração ao ponto C — Ao Nível das Chefias Militares.

Pausa.

Peço desculpa. É um lapso meu.

Ainda da página 4, há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, que é um aditamento, que diz: «O Parlamento recomenda que o poder político...».

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas justificar a questão da proposta de eliminação porque entendemos que, nesta matéria, o Parlamento não se deve intrometer no funcionamento das Forças Armadas, até porque extravasa o objeto da nossa Comissão. É um dado adquirido hoje o saber-se lidar com a transparência e com a comunicação social. É um facto que todos...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, estamos na página 4.

A Sr. **Berta Cabral** (PSD): — Mas, se quiser, já fica apresentada a proposta de eliminação do n.º 1, porque, basicamente, já justifiquei que considero uma interferência desajustada.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo.

Vamos então a votar a proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, constante da página 4.

Pausa.

Srs. Deputados, tendo em conta que o PSD e o CDS-PP votaram a favor, o PS e o PCP votaram contra e o BE se absteve, verifica-se um empate. Assim, vamos a repetir a votação, cujo resultado, a manter-se igual, significa a rejeição.

Pausa.

Srs. Deputados, o resultado da votação mantém-se, pelo que se considera que a proposta de aditamento foi rejeitada.

Na mesma página, temos a proposta de eliminação apresentada pelo PSD, que já foi explicada pela Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João,

Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Na página 5, está o ponto 2, que está considerado.

Depois temos propostas de eliminação, apresentadas, respetivamente pelo PSD e pelo PCP, que o Sr. Deputado Relator refere que estão incorporadas.

O PCP indica-me que considera que está incluída. Se o PSD também assim o entender, consideramos precluído.

Tendo a indicação também a mesma do PSD, está precluída.

Segue-se o ponto 4. O Sr. Deputado Relator refere que acolheu as propostas do Bloco de Esquerda e do PCP, o que nos...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Bloco de Esquerda aceita a incorporação.

O Sr. **Presidente**: — Isto remete-nos para a proposta de eliminação apresentada pelo PSD, porque, estando incorporada outra proposta, não está a proposta de eliminação.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, tem a palavra.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — O PSD propõe a eliminação deste ponto porque considera que extravasa o âmbito desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira, Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Segue-se uma proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, na página 6, uma vez que tanto o PSD como o PCP propunham a eliminação, o que foi acolhido pelo Sr. Deputado Relator.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Bloco de Esquerda mantém a sua posição inicial. Portanto, é para votar.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta do Bloco de Esquerda, que, sendo aprovada, não opera a eliminação prevista.

Votamos, assim, o ponto 5, na página 6 do guião de votações.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo

Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor do Deputado do BE (João Vasconcelos).

O ponto 6 foi incorporado, portanto, foi eliminado.

Vamos votar uma proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, constante das páginas 6 e 7.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Entramos, agora, na secção D – Ao Nível da Formação dos Oficiais, que foi eliminada no Relatório, pelo que não se consideram as propostas de eliminação apresentadas pelo PCP e pelo PSD.

É a secção mais rápida de todas, até hoje.

Risos.

Portanto, foram eliminados todos os pontos da secção C, pelo que passamos à secção E. Aqui temos uma proposta de eliminação, apresentada pelo PCP, uma vez que, aparentemente, o Sr. Deputado Relator acolheu a proposta do PSD.

Se o PCP mantiver a proposta de eliminação, ela, obviamente, tem de ser votada.

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, entendemos que não deve ser a Assembleia da República a recomendar aos ramos das Forças Armadas a criação ou não de unidades em função das necessidades que sejam identificadas.

Há uma autonomia para a criação ou não de unidades e, portanto, a proposta de eliminação do n.º 1 está diretamente relacionada com o n.º 2. Nesse sentido, mantemos a proposta de eliminação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar a proposta de eliminação, apresentada pelo PCP, constante da página 7 do nosso guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e votos a favor do PCP (Jorge Machado).

Vamos agora para a página 8 do guião. Relativamente ao ponto 2, há uma proposta do PCP e do PSD, ambas de eliminação.

Votamos primeiro a proposta do PCP...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não, depois de votarmos uma, está votado.

O Sr. **Presidente**: — Exato.

Assim sendo, votamos a proposta do PCP, de eliminação, constante da página 8 do guião.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) e do BE (João Vasconcelos).

Ainda na página 8, passamos para a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, uma vez que, aparentemente, o Sr. Relator refere que acolhe a proposta do PSD.

O PCP indica-me que considera prejudicada a proposta, que não considera relevante, pelo que a retira.

Seguimos para o ponto 4, constante da página 8. Há propostas de eliminação, tal como há pouco, apresentadas pelo PCP e pelo PSD, que passamos a votar.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco) e do BE (João Vasconcelos).

Seguimos para a página 9. Há uma proposta, apresentada pelo PCP, de alteração do ponto 5.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), votos a favor do Deputado do BE (João Vasconcelos) e do Deputado do PCP (Jorge Machado) e abstenções dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

O ponto 6 está eliminado, tal como o ponto 7. Chegamos, assim, à página 10, onde há uma proposta, apresentada pelo PCP, de alteração de redação de «Parlamento» para «Assembleia da República».

O Sr. Deputado Jorge Machado indica-me que considera precluída a questão e, portanto, mantém-se a proposta para o ponto 8, tal como consta do Relatório.

Passamos agora para a página 11 do guião.

Pausa.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, há alguma objeção?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, é só uma questão de redação, porque a Lei de Programação de Infraestruturas Militares já não se chama assim, chama-se apenas Lei de Infraestruturas Militares.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS) — Vamos ver como é que ela vai sair daqui...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Mas hoje é assim.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos à página 11, onde, no ponto 2, há uma aceitação da proposta de eliminação, apresentada pelo PCP. Porém, o PSD tem uma proposta de alteração. Estamos em condições de votar a proposta de alteração ao n.º 2, do PSD, constante da página 11?

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, recorreria aos nossos juristas em presença para avaliação da constitucionalidade da proposta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, a questão não é descabida, porque, efetivamente, a Constituição da República Portuguesa faz a clara separação entre aquilo que é defesa e segurança, e o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas trata exclusivamente de matérias de defesa e não de segurança. Portanto, nesse sentido, não pode, na UCAT, ter uma presença como a que aqui é proposta.

Portanto, a nossa proposta de eliminação mantém-se e, assim, votaremos contra a proposta do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Berta Cabral pediu a palavra. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, é só para lembrar que esta proposta está de acordo com uma que acabámos de aprovar há pouco. Só não diz que é o CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas), diz que as Forças Armadas devem ter presença.

Portanto, o que aqui queremos especificar é que deve ser o CEMGFA ou em quem ele delegar — também não precisa de ser o CEMGFA. É que, efetivamente, pode não se justificar estar o CEMGFA em todas as reuniões da UCAT, mas ele pode delegar, e também podemos acrescentar isso.

Mas o PSD também não faz nenhuma questão, porque já está aprovado anteriormente que as Forças Armadas terão presença na UCAT. Mas isto não tem a ver com o argumento que o Sr. Deputado Jorge Machado utilizou.

É que as Forças Armadas continuam a ser militares e aqui trata-se de questões de segurança. O que está aqui em causa é, fundamentalmente, fazer com que as Forças Armadas estejam dentro de um órgão onde são debatidas questões de defesa e segurança.

O Sr. **Presidente**: — Concluo que retirou a proposta, ou não? Uma vez que fez referência a que já estava noutra...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Da nossa parte não fazemos questão. Se os Srs. Deputados acharem que isto não deve constar, também não fazemos questão.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada é que propôs. Portanto, ou a Sr.^a Deputada leva a proposta a votos ou não.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Então, retiramos, para não levantar quaisquer dúvidas aqui sobre constitucionalidade.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente ao ponto 3 também não há questões, uma vez que está eliminado.

Passamos à página 13.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos agora na página 13 do guião, secção G — Ao Nível da Polícia Judiciária Militar. Há uma proposta de eliminação de todos os pontos, apresentada pelo PSD.

Vamos, então, votar.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos a uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ainda na página 13.

Pausa.

O Sr. Deputado Ascenso Simões pediu a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, temos uma proposta do Bloco de Esquerda que devia preceder todas estas votações, dado que o Bloco de Esquerda propõe a eliminação da Polícia Judiciária Militar. Ou seja, devíamos votar primeiro a proposta do Bloco e, se aprovássemos a eliminação da Polícia Judiciária Militar, escusávamos de estar aqui a votar outras recomendações relacionadas com a Polícia Judiciária Militar. Se ela for rejeitada, então, sim, devemos passar à frente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, peço desculpa mas a Mesa não interpreta desse modo, na medida em que há uma recomendação ao Governo que pondere a extinção da Polícia Judiciária Militar. Portanto, não é a aprovação da mera recomendação de uma ponderação que faz precluir todas as normas. Assim, mantemos a votação nesta sequência.

Voltamos, então, à página 13.

Pergunto se o PCP mantém a proposta de alteração, uma vez que há uma referência a ponderação das propostas do PCP.

Pausa.

Não é preciso votar a proposta do PCP e vamos à página 15 do guião, com a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que faz a recomendação ao Governo nos termos que há pouco referi.

Votamos, então, a proposta do Bloco de Esquerda, constante da página 15.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira, Santinho Pacheco), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor do Deputado do BE (João Vasconcelos).

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, sobre este bloco, e tendo em conta a metodologia que apontou, faço uma pequena declaração de voto, muito rapidamente.

Não obstante o nosso voto favorável, julgamos que deve ser considerada relativamente moderada a perspetiva da urgência da revisão da lei orgânica.

Relativamente ao ponto 6, não obstante concordarmos com parte significativa do que é dito, que «o Parlamento considera que a PJM deve observar as melhores práticas da Aliança Atlântica quando se trate de formação para a investigação», desconhecemos quais são as melhores práticas dessa mesma Aliança. Percebemos o sentido da proposta mas não percebemos o alcance desta referência. Não obstante, votamos a favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, também para uma curta declaração de voto, gostaria de dizer que há, evidentemente, matéria que merece ponderação relativamente ao funcionamento da Polícia Judiciária Militar. Temos, no entanto, as maiores dúvidas de que a afirmação, pura e simples, da extinção, como é feita por parte do Bloco de Esquerda, não se traduziria no «varrer do problema para debaixo do tapete».

Portanto, continua a ser necessária a reflexão, mas a forma como se procura acelerar e fazer uma recomendação nesses termos não poderia merecer o apoio do CDS, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Berta Cabral, faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, é só para dizer que o PSD entende que não devemos fazer juízos de valor sobre aquilo que deve ser o futuro desta ou daquela instituição dentro da orgânica do Governo e, muito menos, dentro das Forças Armadas. Portanto, nesse sentido, extravasa claramente, na nossa opinião, o objeto desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, naturalmente, cada grupo parlamentar tem a sua posição. Esta é a do Bloco de Esquerda e não é nova. Mantemos a nossa coerência e consideramos que, tendo em conta aquilo que foi tratado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, se trata apenas de uma mera recomendação e nada mais do que isso, que não decorre apenas das audições, embora estas tenham a sua relevância e o seu peso, nomeadamente tendo em conta o que nos disse, nesta Comissão, a anterior Procuradora-Geral da República.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, passamos agora à página 16 do guião.

Há propostas de eliminação, apresentadas pelo PSD e pelo PCP, que foram acolhidas no Relatório. Porém, há uma proposta de alteração e de aditamento, porque há uma novo ponto F, apresentada pelo BE.

O Sr. Deputado João Vasconcelos mantém a proposta para votação?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, mantenho esta proposta, fazendo apenas uma pequena alteração, que até poderá ser incluída noutra ponto, que consistiria em substituir a palavra «democráticos» pela palavra «constitucionais». Trata-se de uma ligeira alteração.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Substituir «os valores democráticos» por «os valores constitucionais»?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Valores ou princípios constitucionais. Trata-se de uma pequena alteração da palavra.

Sr. **Presidente**: — Certo. Estamos em condições de votar, sendo que, se a proposta for aprovada, sê-lo-á com a palavra «constitucionais» em vez de «democráticos».

Vamos votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, contante da página 16 do guião de votações.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira, Santinho Pacheco) e do BE (João Vasconcelos).

Ainda na página 16 do guião, passamos a um conjunto de recomendações do PSD.

Se calhar, poderiam votar-se as alíneas *a)* e *b)* conjuntamente.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, para que se perceba, o PSD propõe a eliminação de todos os pontos e um aditamento de duas

novas alíneas. É isso? É que a primeira proposta de alteração do PSD é a eliminação de todos os pontos.

O Sr. **Presidente**: — Não, essa proposta já passamos. Foi incorporada no Relatório. Estamos a falar de um novo título, cá em baixo, nas recomendações, ao nível das estruturas militares, e tem duas sugestões, *a)* e *b)*, que propunha que se votassem conjuntamente. Certo?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — São dois pontos novos?

O Sr. **Presidente**: — Sim.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, só para explicar que não propusemos esses pontos neste capítulo, foi só, depois, na grelha, que foram incorporados aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de votar? Penso que sim.

Vamos então votar a proposta de alteração do PSD.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Passamos agora a três propostas de alteração, apresentadas pelo CDS-PP, pontos 1, 2 e 3, que constam das páginas 18, 19 e 20 do guião. Penso que, não havendo objeções, estamos em condições de as votar conjuntamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, apenas para deixar uma nota: o CDS concentrou as suas propostas em três pontos: relativamente à reflexão que é necessário fazer-se sobre PJM, às nomeações dos cargos militares e àquilo que, para nós, é uma das conclusões mais relevantes, que não podemos nunca deixar de registar e que diz respeito a todo o procedimento em matéria de arquivística e de registo da documentação. Este necessita de passar a ter regras mais exigentes, de modo a que não haja documentação que se perca ou que fique escondida em telemóveis e, depois, se diga que não existe, até para arquivo e memória futura de tudo o que se passa na governação do País.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, se faz favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: estas propostas, mesmo sendo apresentadas pelo CDS, ficavam resolvidas com a compatibilização das propostas do PSD e do PCP com as propostas do relator, que também são aceites pelo PS. Mas, mesmo assim, temos de levá-las a votação porque o CDS quer votá-las.

O Sr. **Presidente**: — Penso que estamos em condições votar.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Peço para votarmos as propostas uma a uma.

O Sr. **Presidente**: — Vai votar as propostas de forma diferente, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, a requerimento do PSD, as propostas não serão votadas em conjunto mas de modo desagregado.

Vamos, portanto, votar a proposta de alteração n.º 1, do CDS, que consta da página 18 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa) e do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Vamos agora votar a proposta de alteração n.º 2, do CDS, constante da página 19 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado), votos a favor do Deputado do CDS-PP (António Carlos Monteiro) e a abstenções dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa).

Passamos à votação da proposta de alteração n.º 3, do CDS, constante das páginas 19 e 20 do guião.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e votos a favor do Deputado do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Com esta votação concluímos o capítulo das Recomendações.

Sr. Deputado Jorge Machado, faça favor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é só para esclarecer o sentido de voto do PCP relativamente à proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, no que diz respeito ao capítulo do Nível de Estruturas de Topo das Administrações. Votámos contra porque consideramos que a mesma está subsumida naquilo que é o primeiro ponto do capítulo relativo às chefias militares, onde se fala, precisamente, das questões de democraticidade interna e da alteração dos mecanismos de controlo e fiscalização externa aos ramos das Forças Armadas. Nesse sentido, julgámos que seria uma redundância e uma repetição daquilo que aqui já está expresso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, relativamente a este ponto, há pouco queria fazer uma espécie de declaração de voto.

O Bloco de Esquerda considera que era importante, aqui, esta recomendação, tendo em conta o que se passou — temos dois casos que tiveram uma certa relevância — e o facto de muitas normas e muitos procedimentos se encontrarem desatualizados.

Por exemplo, em relação ao que se passou no colégio interno, foi referido por vários especialistas que o regulamento interno, o guia do aluno do Colégio Militar, estava desajustado na altura, e também no caso dos Comandos houve uma inspeção técnica extraordinária do Exército que referiu que o referencial de curso remontava a 2002 e que se encontrava desadequado — palavras textuais dessa inspeção extraordinária. São apenas dois exemplos que dão razão ao que o Bloco de Esquerda aqui propunha.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, passamos agora ao remanescente, na medida em que o PCP anunciou de manhã que se revia nas propostas de alteração que estavam acolhidas no Relatório. Portanto, só falta a votação do remanescente, o título 1, 2 e 3, e amanhã faremos a votação final do Relatório.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Podemos votar hoje e amanhã fazemos as declarações de voto.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Qual é o problema? Já fizemos as votações todas.

O Sr. **Presidente**: — Não, agora estamos a votar o remanescente.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PSD (Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Peixoto, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa), do PS (Ascenso Simões, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco), do BE (João Vasconcelos) e do PCP (Jorge Machado) e a abstenção do Deputado do CDS-PP (António Carlos Monteiro).

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ficou obviamente assente que amanhã faremos as intervenções. A minha pergunta é se a votação do Relatório final poderá ser feita amanhã. Parece-me que, formalmente, faz todo o sentido ser amanhã. É precisamente essa a justificação da presença de todos e penso que foi isso que ficou acordado até com o Sr. Deputado Telmo Correia, pois também há uma simbologia.

Portanto, não havendo objeções, amanhã, às 10 horas, votaremos o Relatório e faremos as declarações finais.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 18 minutos.

A DIVISÃO De REDAÇÃO.